



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
DA TRADUÇÃO

LUCAS DE OLIVEIRA CORDEIRO

TRADUZIR FILOSOFIA ANALÍTICA: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA
UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

FORTALEZA

2022

LUCAS DE OLIVEIRA CORDEIRO

TRADUZIR FILOSOFIA ANALÍTICA: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA
ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial ao título de mestre. Área de concentração: tradução de textos especializados.

Orientador: Prof. Dr. Arvi Sepp.

FORTALEZA

2022

LUCAS DE OLIVEIRA CORDEIRO

TRADUZIR FILOSOFIA ANALÍTICA: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA
ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial ao título de mestre. Área de concentração: tradução de textos especializados

Orientador: Prof. Dr. Arvi Sepp.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arvi Sepp (Orientador)

Vrije Universiteit Brussel/Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Luana Ferreira de Freitas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Tiago de Oliveira Magalhães
Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS)/Faculdade Ari de Sá (FAS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C819t Cordeiro, Lucas de Oliveira.
Traduzir filosofia analítica : fundamentos conceituais para uma abordagem funcionalista / Lucas de Oliveira Cordeiro. – 2022.
73 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Arvi Sepp.
1. Estudos da tradução. 2. Funcionalismo alemão. 3. Tradução técnico-científica. 4. Tradução de filosofia analítica. I. Título.

CDD 418.02

À memória de Lygia Fagundes Telles

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha querida mãe, Scheyla Cordeiro, cujo apoio é essencial em minhas empreitadas intelectuais (e em todas as outras também!).

A minha tia Jalva Cordeiro, que sempre cuidou de mim.

Ao caríssimo Ivan Freitas, cuja amizade é um tesouro de valor inestimável.

À inspiradora professora Sarah Diva Ipiranga, que eu admiro desde priscas eras acadêmicas e que me concedeu o privilégio de fazer o estágio de docência com ela.

Ao professor Arvi Sepp. Quando entrei no mestrado, em conversa com o professor José Lambert, perguntei-lhe se conhecia meu orientador e ele retrucou que sim, e que se tratava de um cavalheiro. De fato, pude constatá-lo ao longo de todo o desenvolvimento da minha pesquisa, que muito se beneficiou de sua orientação perspicaz, paciente e generosa.

Aos professores Luana de Freitas e Tiago Magalhães, cujos comentários e críticas foram muito importantes para o aprimoramento da pesquisa em sua forma atual e, espero, em suas versões futuras.

Ao Kelvis Santiago, pelas sempre infalíveis gentileza, prestimosidade e eficiência.

Por fim, a todos os docentes do POET com os quais tive a sorte de estudar, que muito me ensinaram e que fizeram desse mestrado uma experiência enriquecedora e inesquecível!

RESUMO

Atualmente, os estudos da tradução apresentam ao menos três perspectivas distintas sobre a tradução de filosofia. A primeira, centra-se na questão da intraduzibilidade (CASSIN, 2018); a segunda, apregoa que todo texto filosófico canônico é essencialmente obscuro e de difícil manejo (RÉE, 2001); a terceira, sugere que se aborde o texto filosófico como se traduz literatura (VENUTI, 2019). Consideramos todas essas visões, em maior ou menor grau, problemáticas, e contrastamo-las com duas perspectivas mais remotas (INGARDEN, 1991; JAKOBSON, 2010), que vão em sentido contrário: elas afirmam que o texto filosófico é distinto do texto literário, por exemplo, pois tem uma função distinta (cognitiva), e deve ser traduzido como o texto científico, que possui funções semelhantes. Nossa própria visão é a de que essa concepção é a mais adequada, especialmente para fins tradutórios, no que tange a uma tradição filosófica particular, a filosofia analítica. Nosso objetivo é fundamentar essa compreensão do texto filosófico analítico enquanto texto técnico-científico no intuito de oferecer uma base conceitual para abordagens tradutórias mais apropriadas, seguras e efetivas. Para tanto, recorreremos a dois quadros teóricos e práticos dos estudos da tradução: o funcionalismo alemão (NORD, 2018; REISS; VERMEER, 2014), que apregoa que os fatores de maior relevo na determinação das estratégias de tradução são a consideração da função e do público leitor do texto-alvo; e algumas reflexões sobre tradução de textos técnico-científicos (BYRNE, 2012; MONTGOMERY, 2010; SCHUBERT, 2010), fortemente influenciadas pelas ideias funcionalistas. Por fim, uma caracterização cultural da filosofia analítica (BEANEY, 2017; MARCONDES, 2004; GLOCK, 2008), centrada em fatores como a relação dessa tradição com a ciência e a visão que muitos de seus praticantes têm da linguagem & da tradução, sugere que os textos analíticos têm uma função eminentemente cognitiva, e que as comunidades nas quais esses textos circulam esperam que essa função seja preservada nas traduções, o que justificaria nossa hipótese interpretativa.

Palavras-chave: estudos da tradução; funcionalismo alemão; tradução técnico-científica; tradução de filosofia analítica.

ABSTRACT

Currently, there are at least three distinct perspectives on the translation of philosophy in translation studies. The first focuses on the issue of untranslatability (CASSIN, 2018); the second claims that every canonical philosophical text is essentially obscure and unwieldy (RÉE, 2001); the third suggests approaching the philosophical text as one translates literature (VENUTI, 2019). We find all these views, to a greater or lesser extent, problematic, and contrast them with two more remote perspectives (INGARDEN, 1991; JAKOBSON, 2010), which go in the opposite direction: they claim that the philosophical text is distinct from the literary text, for example, because it has a distinct (cognitive) function, and should be translated like the scientific text, which has similar functions. Our own view is that this conception is the most appropriate, especially for translation purposes, as far as a particular philosophical tradition, analytic philosophy, is concerned. Our goal is to ground this understanding of the analytic philosophical text as a technical-scientific text in order to provide a conceptual basis for more appropriate, secure, and effective translation approaches. To this end, we draw on two theoretical and practical frameworks of translation studies: German functionalism (NORD, 2018; REISS; VERMEER, 2014), which claims that the most relevant factors in determining translation strategies are the consideration of the function and the readership of the target text; and also some reflections on the translation of technical-scientific texts (BYRNE, 2012; MONTGOMERY, 2010; SCHUBERT, 2010), which are strongly influenced by functionalist ideas. Finally, a cultural characterization of analytic philosophy (BEANEY, 2017; MARCONDES, 2004; GLOCK, 2008), focusing on factors such as this tradition's relationship with science and the view that many of its practitioners have of language & translation, suggests that analytic texts have an eminently cognitive function, and that the communities in which these texts circulate expect this function to be preserved in translations, which would justify our interpretive hypothesis.

Keywords: translation studies; german functionalism; scientific and technical translation; translation of analytic philosophy.

Quando você estiver estudando qualquer assunto ou qualquer filosofia, pergunte-se apenas: quais são os fatos e qual verdade eles confirmam? Nunca se deixe levar pelo que você deseja acreditar, mas atente só e firmemente para os fatos. (RUSSELL, 1959, 27:57)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A TRADUÇÃO DE FILOSOFIA SEGUNDO OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO: UM BREVE ESTADO DA ARTE	14
2.1	Filosofia e intraduzibilidade	15
2.2	Tradução de filosofia como tradução literária	19
2.3	Filosofia, obscuridade & tradução	20
2.4	Tradução de filosofia como tradução científica	22
3	METODOLOGIA & FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
3.1	Alguns aspectos metodológicos	25
3.2	Questões de pesquisa e procedimentos	26
3.3	A tradução como ato intencional: a abordagem funcionalista	27
3.3.1	<i>A teoria do escopo</i>	28
3.3.2	<i>Teoria da ação tradutória</i>	34
3.3.3	<i>A lealdade ao texto-fonte</i>	35
3.4	A tradução de textos técnico-científicos	37
4	A FILOSOFIA ANALÍTICA	48
4.1	Analíticos x continentais	48
4.2	A filosofia analítica em si mesma	51
4.2.1	<i>Definição, funções & método</i>	51
4.2.2	<i>A aurora da filosofia analítica</i>	53
4.2.3	<i>A questão do estilo</i>	58
4.2.4	<i>Linguagem & tradução</i>	60
4.2.5	<i>Filosofia analítica & ciência</i>	61
4.2.6	<i>Presente & perspectivas futuras</i>	62
5	CONCLUSÕES	66
	REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

Pessoalmente, a tradução sempre foi um interesse nosso, anterior ao primeiro contato que tivemos com os estudos da tradução, ocorrido na universidade, quando cursamos o bacharelado em Letras – Inglês (concluído em 2012). Foi nesse período, porém, que teve início nosso interesse pela filosofia, despertado tanto pelos estudos linguísticos quanto literários, e que culminou com um novo bacharelado, dessa vez em Filosofia (concluído em 2017). Esse novo bacharelado foi fundamental para o conhecimento de diversas tradições filosóficas, uma das quais, a filosofia analítica, é um dos motes de nossa presente empreitada.

De um ponto de vista mais amplo, isto é, (dos estudos) da tradução, a relação desta com a filosofia se dá de duas formas básicas: existe a tradução de filosofia e a filosofia da tradução¹. Nossa investigação se debruçará sobre a primeira, embora em certa medida também envolva a segunda (principalmente se tomarmos filosofia como sinônimo de teoria). Mais especificamente, nosso propósito é discutir a tradução de filosofia analítica, embora seja possível que algumas das ideias expostas aqui digam respeito à (tradução de) filosofia como um todo.

Atualmente, não há consenso entre os pesquisadores da tradução sobre como se deva traduzir filosofia, apesar da tradução de filosofia, na prática, ser algo bastante comum. De um ponto de vista teórico, a questão, embora antiga, ganhou novo fôlego com a discussão sobre intraduzibilidade (CASSIN, 2018; CASSIN, 2019). Os partidários dessa ideia, em suas versões mais moderadas, chamam a atenção para o caráter altamente problemático da tradução filosófica e, desse modo, parecem sugerir muita cautela e um delicado equilíbrio aos que se dedicam a traduzir esse tipo de texto; em suas versões mais extremadas, no entanto, alguns deles são dogmáticos e ousados o suficiente, conforme veremos, para propor apenas uma forma correta e ideal de traduzir filosofia, seguindo a letra em detrimento do espírito (ou sugerindo que reproduzir a forma é o único caminho para respeitar o sentido).

Outra visão, embora não faça uso do termo intraduzibilidade, parece alinhada com o ponto de vista acima aludido quanto ao caráter hermético do texto filosófico e às resultantes dificuldades que aqueles que lidam com esses textos deparam ao traduzi-los (RÉE *apud* WILSON, 2020). Em comum, os representantes das tendências até agora mencionadas possuem

¹ Às vezes, os dois tipos de relação são encapsulados sob a rubrica *Tradução & filosofia* (Cf., por exemplo, ARROJO, 2010, p. 247-251).

uma visão do texto filosófico como um discurso específico cujo caráter *sui generis* deve ser rigorosamente observado e respeitado quando traduzido.

Ainda no presente, uma terceira via critica a atual noção de intraduzibilidade associada à filosofia, apontando nela uma visão demasiado instrumental e limitada do que é traduzir (VENUTI, 2016), e propõe que a filosofia pode e deve ser traduzida como se traduz literatura por razões políticas e ideológicas (VENUTI, 2019). Como veremos, há esforços presentes no sentido de nadar contra todas essas correntes (LARGE, 2019a; LARGE, 2019b; VÉGSÖ, 2019; HERMANS, 2019; MUNDT, 2019), mas eles ainda nos parecem incipientes e minoritários. Nossa pesquisa vem juntar-se a eles.

Recuando um pouco no tempo, veremos que teóricos da tradução de outrora tinham uma visão diametralmente oposta à última mencionada e distinta, em aspectos significativos, da primeira e da segunda, pois sugeriam que as obras filosóficas, apesar de suas especificidades, eram essencialmente textos científicos e assim deveriam ser traduzidas (INGARDEN, 1991; JAKOBSON, 2010). Tais teóricos defendem essa noção referindo-se à função primordial que os textos filosóficos têm, a saber: transmitir conhecimento. Todas essas visões serão discutidas em detalhe no capítulo 2, dedicado a esboçar um estado da arte sobre a tradução de filosofia.

O que todos esses pontos de vista, aos quais voltaremos, apesar de suas maiores e menores divergências, parecem compartilhar é a visão da filosofia como um todo homogêneo², embora o reconhecimento da existência de ao menos duas correntes opostas da filosofia contemporânea seja um fato bastante consensual entre filósofos – o que não significa que tal oposição não seja problemática nem discutível. Portanto, muitos dos pesquisadores da tradução que atualmente se debruçam sobre a tradução de filosofia parecem sugerir que tal distinção seja irrelevante para seus propósitos³. No que se refere à filosofia da tradução, a situação é um pouco distinta (mas não significativamente), pois alguns poucos filósofos da tradição ignorada (filosofia analítica) no primeiro âmbito são aqui evocados, com ênfase naqueles filósofos cujas visões vão ao encontro da perspectiva mais em voga atualmente nos estudos da tradução e segundo a qual a tradução é uma tarefa penosa e, em último caso, impossível⁴. O grosso dos

² Essa crítica talvez não se aplique a Ingarden e Jakobson, posto que quando esses autores escreveram seus textos sobre tradução, a distinção entre as tradições analítica e continental em filosofia ainda não era tão reconhecida.

³ No *Routledge Handbook of Translation and Philosophy* (2019), organizado pelos professores Piers Rawling e Philip Wilson, na seção intitulada ‘*The Translation of Philosophy*’, nenhum representante da tradição analítica é estudado. Os eleitos são: Platão (traduzido por Shelley), Kant & Hegel, Derrida e Levinas.

⁴ Na obra supracitada, na seção dedicada a filósofos que trataram da tradução, dos 10 que dão títulos a capítulos, 7 pertencem à filosofia tradicional ou continental (Schleiermacher, Nietzsche, Heidegger, Benjamin, Gadamer, Ricoeur e Derrida) e apenas 3 são analíticos (Wittgenstein, Quine e Davidson). A presença de Quine, no entanto, parece-nos enviesada, pois os *translation scholars* que sobre ele se debruçam geralmente tratam das suas ideias sobre tradução radical e indeterminabilidade da tradução, ponto no qual ele diverge de muitos analíticos. O capítulo

filósofos analíticos que viam a tradução como algo necessário e possível, porém, são solenemente ignorados.

Nossa própria visão é a de que os estudiosos da tradução deveriam levar em consideração a distinção entre filosofia continental e analítica⁵, e que, no que se refere à tradução desta, a visão mais adequada (embora careça de aprofundamento e de uma fundamentação mais sólida), por respeitar seus propósitos e praticantes, é a de que os textos filosóficos são análogos a textos técnico-científicos. Pretendemos, aqui, justamente, fundamentar melhor essa visão, embora suspeitemos que muitos tradutores de filosofia analítica (e quiçá de outras tradições), talvez de forma intuitiva, já lidem com a tradução desses textos nessa perspectiva. Para tanto, transitaremos entre quadros teóricos dos estudos da tradução (funcionalismo alemão e tradução de textos técnico-científicos) e a própria caracterização da filosofia analítica.

Conforme dissemos, os defensores da proximidade entre textos filosóficos e textos científicos fizeram uso da ideia de função para justificá-la. Mais tarde, toda uma corrente dos estudos da tradução se baseou nessa mesma ideia para desenvolver um quadro teórico robusto que se aplicaria a toda e qualquer tradução. Trata-se do funcionalismo alemão, que será descrito de forma mais aprofundada no capítulo 3, devotado a lançar as bases de nossa metodologia e de nossa fundamentação teórica. Duas das noções centrais que norteiam essa escola são a já mencionada ideia de função textual e também a ideia de cultura na qual esses textos circulam (NORD, 2018). Ainda no capítulo 3, veremos que as ideias do funcionalismo tiveram forte influência sobre as discussões acerca da tradução de textos técnico-científicos.

No penúltimo capítulo, descreveremos a filosofia analítica principalmente como prática histórica, institucional e cultural, indicando através dessa caracterização quem são os filósofos analíticos, quais seriam as funções que os textos pertencentes a essa tradição se

final desta seção, sobre as tendências recentes em tradução & filosofia, o autor Roland Végső (2019, p. 157-170) vai na mesma linha e discorre sobre ideias de Badiou, Latour, Cassin, etc. Arrojo (2010) é mais uma pesquisadora que privilegia as correntes tradicionais e continentais.

⁵ Glock (2008, p. 8) defende essa necessidade: “Há um perigo evidente em dar importância demasiada à doxografia e à taxonomia filosóficas. Ao mesmo tempo, classificações são indispensáveis ao pensamento humano. No intuito de entender as coisas, sejam elas fenômenos materiais ou produções intelectuais, precisamos distingui-las através de seus traços característicos. E fazemos isso através da rotulação baseada em certos princípios. Investigações históricas, exegéticas e metafisológicas não são exceções a essa regra. Contrastes como filosofia ocidental vs. oriental, filosofia antiga vs. medieval vs. moderna, empirismo vs. racionalismo, filosofia analítica vs. continental, ou rótulos como ‘tomismo’, ‘neokantismo’ ou ‘pós-modernismo’, podem ser simplistas, potencialmente enganadores ou completamente feios. Ainda assim, alguns rótulos são essenciais se quisermos detectar semelhanças e diferenças relevantes entre vários pensadores e posicionamentos, e se desejarmos narrar uma história coerente do desenvolvimento de nosso tema. É difícil levar a cabo uma avaliação do desenvolvimento histórico e dos méritos da filosofia analítica sem alguma noção do que se trata. Portanto, não necessitamos de receios puritanos em relação às classificações, mas de classificações que sejam escrupulosas e esclarecedoras.”

propõem a cumprir e as expectativas que geram nas comunidades nas quais circulam. A nossa investigação tentará demonstrar que os filósofos analíticos têm uma visão do seu próprio ofício que autorizaria os tradutores de seus textos a abordá-los de maneira análoga à tradução de textos técnico-científicos.

2 A TRADUÇÃO DE FILOSOFIA SEGUNDO OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO: UM BREVE ESTADO DA ARTE

Nosso trabalho, em linhas gerais, propõe um modo de traduzir textos filosóficos pertencentes à tradição analítica. Frise-se, porém, que muito mais que nos debruçarmos sobre o como, discorreremos sobre o porquê. De um modo geral, “[o]ferece-se uma tradução se, sob as condições da língua-cultura, o tradutor (ou qualquer outra parte interessada) percebe sua necessidade [...]” (REISS; VERMEER, 2014, p. 76). Large (2019a, p. 312-314) menciona outras razões, mais específicas, por que se traduz filosofia: fins exegéticos, desenvolvimento da tradição filosófica local, desenvolvimento (no sentido de enriquecimento e expansão expressiva) de um dado vernáculo e motivos pessoais de ordem variada (aprimoramento filosófico individual, curiosidade intelectual, etc.). Em filosofia analítica, como se trata, na grande maioria dos casos, da tradução de textos escritos em língua inglesa, atualmente a língua dominante da ciência em geral e dessa tradição filosófica em particular, poder-se-ia questionar a existência de tal necessidade. Acresce que o Brasil, um país de dimensões continentais, tem como língua oficial e predominante o português, e nenhum dos nossos muitos idiomas minoritários é o inglês. Apesar de sermos o único país lusófono da América Latina, a língua predominante nas nações vizinhas, o espanhol, por se tratar de uma língua românica também, guarda muitas semelhanças com o português. Essas são algumas das razões históricas e geográficas que contribuíram para que não se desenvolvesse em nosso contexto uma cultura bilíngue, daí a grande necessidade (talvez estranha no contexto acadêmico europeu, por exemplo) de verter textos em inglês para nossa língua materna.

Ademais, nossa pesquisa também se explica com base em duas tendências relativas ao modo de traduzir filosofia, uma das quais tem sido amplamente debatida no âmbito dos estudos da tradução. Nossa própria abordagem se filiará a uma dessas tendências (talvez a menos prestigiada atualmente).

Antes de prosseguirmos, impõe-se reiterar que não trataremos aqui de filosofia da tradução, mas de tradução de filosofia. Pondo a distinção em termos bastante esquemáticos, a filosofia da tradução diz respeito às ideias teóricas ou filosóficas sobre a natureza e os problemas da tradução. A tradução de filosofia, por seu turno, se debruça sobre a tradução desse tipo específico de texto ao longo da história e tenta responder a perguntas sobre como se deve traduzi-los. Obviamente não são campos estanques, e, portanto, em um ou outro momento tocaremos nas filosofias (no sentido de teorias) da tradução, pois “fugir” completamente delas é impossível e inútil, mas nosso foco aqui é propor uma abordagem prática, e é somente tendo

em vista tal propósito que trataremos de ideias mais teóricas. Dito isso, passemos ao assunto que mais nos interessa.

No verbete da mais recente edição da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, publicada em 2020 e organizada por Gabriela Saldanha e Mona Baker, dedicado à filosofia, os estudiosos destacados pelo autor Philip Wilson, na subseção sobre tradução de filosofia, são, basicamente, a professora Barbara Cassin e o professor Jonathan Rée (WILSON, 2020, p. 407-409). Sem questioná-las nem dar espaço muito para o contraditório, o autor do verbete resume as ideias de Cassin e de Rée sobre a tradução de filosofia. Embora reconheçamos o valor e o interesse das ideias desses autores, a presença exclusiva delas nesse tipo de material, sem espaço para pontos de vista discordantes, pode dar a impressão de que são noções únicas e consensuais sobre o que é e como se deve traduzir filosofia. Uma pesquisa mais profunda sobre o assunto demonstra que as ideias de Cassin e de Rée gozam de amplo prestígio e adesão nesse contexto acadêmico, razão pela qual o destaque dado a elas no texto em questão se justifica ao menos em parte – embora devamos frisar que não são as únicas.

Nas próximas subseções, trataremos principalmente das ideias mais influentes (suas semelhanças e diferenças) sobre tradução de filosofia no âmbito dos estudos da tradução em tempos mais recentes, mas também de pontos de vista discordantes mais antigos, a partir dos quais desenvolveremos nossa própria abordagem. Por essa razão, a cronologia do nosso breve estado da arte irá do presente ao passado.

2.1 Filosofia e intraduzibilidade

Embora a ideia de intraduzibilidade não seja algo novo no âmbito da teoria da tradução, é com o projeto do *Vocabulaire Européen des Philosophies: Dictionnaire des intraduisibles*, encabeçado por Barbara Cassin, que o assunto ganha novo fôlego em tempos mais recentes, convertendo-se em uma verdadeira febre acadêmica (LARGE *et al.*, 2019, p. 1). Tampouco é nova a associação entre intraduzibilidade e filosofia, pois Steiner, na década em que os estudos da tradução começavam a se firmar como disciplina acadêmica – mais precisamente em 1975, ano da publicação de *Depois de Babel* – já afirmava: “Mas até onde vai a filosofia, os problemas da intraduzibilidade atingem o coração do empreendimento filosófico como um todo.” (STEINER, 2005, p. 266). Apesar da sugestão de seu título original, a obra organizada por Cassin funciona mais como uma espécie de antidicionário (LAPIDOT, 2012, p. 52). Nela, a autora e seus colaboradores exploram problemas de tradução colocados pela linguagem filosófica e o quanto as soluções propostas ao longo da história geraram, mais que

semelhanças, diferenças que, no entanto, contribuiram para o desenvolvimento filosófico. Cassin define o intraduzível nos seguintes termos:

Falar de *intraduzíveis* não implica absolutamente que os termos em questão, ou as expressões, os expedientes sintáticos e gramaticais, não sejam traduzidos e não possam sê-lo – o intraduzível é antes o que se não cessa de (não) traduzir. Mas isso assinala que sua tradução, em uma língua ou em outra, causa problema [...]. (CASSIN, 2018, p. 17)

Nessa perspectiva, os tradutores não contribuem para o desenvolvimento filosófico somente através da disseminação das obras filosóficas que traduzem, mas também conceitualmente, ainda que muitas vezes por meio de “[...] traduções ruins, mal-entendidos, interpretações (descontextualizadas) enviesadas ou parciais, ou ainda criativas leituras equivocadas [...]” (LARGE, 2019a, p. 313, tradução nossa⁶), ou seja, de maneira acidental. Ainda que impossível de saber na realidade, seria interessante imaginar como a totalidade dos filósofos, vivos e mortos, pertencentes às diversas correntes ocidentais (tradicional, continental e analítica) reagiriam a observações como essa:

Em vez de funcionar como um desenvolvimento progressivo da razão e da verdade, com cada filósofo refinando seu predecessor através de uma argumentação mais eficaz e persuasiva, a história da filosofia torna-se a história de incompatibilidades e transmutações, na qual diferentes conceitos permanecem suspensos nas soluções opacas de suas línguas de origem. [...] A condição tradutória da filosofia não deveria, no entanto, ser vista como problemática, mas sim como constitutiva, produtiva e potencial. (YOUNG, 2014, p. 19)

O que mais nos interessa nesse momento, porém, é dizer que muitas vezes tais visões implicam, explícita ou implicitamente, ideias sobre como se deve traduzir. No que tange aos tradutores, pode-se dizer que a intenção da autora e de alguns de seus colaboradores não é desanimar os neófitos ou os aspirantes ao ofício, mas apenas torná-los mais ciosos dos problemas específicos com os quais irão se deparar ao traduzir filosofia. A própria Cassin, recorrendo a Humboldt, recomenda um delicado equilíbrio: a tradução deve se situar entre insuficientemente estrangeira ou exageradamente estrangeira (CASSIN, 2019, p. 19). Em outros termos: nem domesticadora de mais nem de menos. Alguns de seus colaboradores, no entanto, são menos moderados em suas, digamos, recomendações:

Não se deveria nunca traduzir uma forma aspectual: o que ela pensa está literalmente em sua forma, naquilo que essa forma literalmente constrói. Portanto sempre deveremos traduzir uma forma aspectual: *traduzi-la literalmente*, nos *desvios de sua forma*, para ouvir o que essa forma diz. Se com os substantivos pode haver lugar para algum entre-duas-línguas, aqui nenhum entre-dois: não se há de emparelhar um perfeito grego e um passado composto francês; há somente o grego ou o francês, as

⁶ Todos os textos citados em português cujas referências aparecerem em inglês são traduções de nossa autoria.

línguas uma a uma – ou, fora das línguas, a questão, invariante, do aspecto. (VOGÛE *et al.*, 2018, p.75, grifo nosso)

Contrariando o conselho de Cassin, temos aqui uma defesa mais explícita de um determinado modo de traduzir: a tradução estrangeirizante ou permeável em detrimento da domesticadora ou invisível. Parece-nos que alguns estudiosos da intraduzibilidade não apenas não veem problemas na adoção indiscriminada dessas estratégias, como consideram-nas ideais quando se trata da tradução de filosofia.

Em outro momento, quando para muitos a hipótese Sapir-Whorf é tida como ideia superada⁷, um outro colaborador do projeto de Cassin (em sua versão brasileira) sugere que: “O pensamento português, essencialmente barroco, prefere frequentemente exprimir-se por meio das artes do sermão, do romance, da poesia, como se a forma quadrada do tratado filosófico não conseguisse domar sua verve transbordante.” (SANTORO, 2018, p. 267). Foge aos nossos objetivos discutir a pertinência de tal sugestão, e citamo-la apenas a fim de ilustrar quão ousados são alguns desdobramentos filosóficos cujo pano de fundo é a noção de intraduzibilidade reabilitada através do projeto de Cassin.

De nossa parte, embora reconheçamos o interesse desse empreendimento e a validade de algumas de suas implicações, também distinguimos nele certos riscos, conformes ao que diz Roland Végso quando ele observa que:

[...] a demonstração sistemática da intraduzibilidade é a afirmação definitiva – e única possível – da tradução. Esse paradigma (que já possui uma longa história) apresenta o risco de nos conduzir perigosamente à fetichização do intraduzível. (VÉGSÓ, 2019, p. 169).

Não é arriscado dizer que os estudiosos que se debruçam sobre a questão dos intraduzíveis privilegiam, em nome de uma suposta vantagem produtiva, os aspectos negativos da tradução: problemas, dificuldades, impossibilidades, perdas, hermetismo, etc. Hermans, embora admita os ganhos dessa perspectiva, também lamenta o excessivo destaque conferido a esse tópico: “[...] é uma pena que [o *Dicionário dos intraduzíveis*] ainda esteja tão focado naquilo que insistentemente chama de erros de ou o que fica sem tradução. Na definição do intraduzível [...], é à negatividade do ‘não’ que me oponho.” (HERMANS, 2019, p. 37-38). As críticas de Mundt também vão na mesma linha: “[...] a fixação na impossibilidade da tradução e sua incessante problematização não ajudam e na verdade podem prejudicar a tradução enquanto disciplina acadêmica e profissão.” (MUNDT, 2019, p. 65). Large (2019a, p. 315), por

⁷ Cf. PINKER, Steven. *Determinismo linguístico*. In: _____. Do que é feito o pensamento. trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das letras, 2008. p. 150-178.

sua vez, comenta o quão surpreendente tal perspectiva parece quando confrontada com a longa tradição de tradução e circulação de textos filosóficos. Seria essa extensa trajetória uma história tortuosa de erros apenas parcial ou inconscientemente bem-sucedidos? Tal questão é espinhosa, e talvez insolúvel. No final, pode ser que as respostas (e seus respectivos posicionamentos) variem de acordo com preferências subjetivas:

Se recapitulamos a história das noções de traduzibilidade e intraduzibilidade em teoria da tradução, é tentador concluir que tudo se resume a uma questão de fé e de temperamento; em outras palavras: se somos o tipo de pessoa que enxerga o “copo meio cheio” ou “meio vazio”. (LARGE, 2019b, p. 60)

Por hora, desejamos apenas afirmar que o nosso ponto de vista é o oposto, centrado nas possibilidades positivas da tradução: compreensão, equivalências, semelhanças, aproximações, clareza, etc. Em grande medida isso se explica porque em nosso caso: “Se o que se espera de uma tradução é a comunicação de informação para dado fim, será sempre possível que uma tradução seja mais eficiente que o original em obter esse efeito.” (KRISTAL, 2014, p. 29). Dito isso, também concordamos com Malmkjær quando ela conclui que a

[...] intraduzibilidade nunca é ‘perversa’ no sentido de impedir algum grau de compreensão; e essa é uma base suficiente sobre a qual se pode construir compreensão mútua, contanto que haja interesse. Isto torna a ‘intraduzibilidade’ mais um conceito de investigação interessante que um obstáculo para nossos esforços. (MALMKJÆR, 2019, p. 48)

Aproveitando esse gancho e antes de concluirmos, é importante alertarmos para os riscos que Large enxerga na adoção de uma postura radicalmente oposta: ela descambaria no mero anti-intelectualismo (2019b, p. 52). Ainda segundo Large, talvez o maior mérito de toda essa questão seja a possibilidade de que a noção de intraduzibilidade permaneça como uma espécie de idéia regulativa (na acepção kantiana), ou seja, uma abstração que nos serve de guia (*Ibid.*, p. 61). Um fato curioso: nessa perspectiva, é a filosofia que vem em socorro da teoria da tradução, e não o contrário, como tendem a afirmar muitos pesquisadores dos estudos da tradução. Se aceitarmos essas noções, quando Hermans (2020, p. 603) afirma que “[o] argumento contrário à traduzibilidade não postula a absoluta intraduzibilidade, mas sim questões sobre a possibilidade de traduções perfeitamente adequadas [...]”, o pressuposto de um texto-fonte igualmente ideal torna-se até razoável e aceitável.

Por fim, é importante ressaltar que a reflexão recente sobre a tradução de filosofia não se limita à questão do intraduzível (tampouco os intraduzíveis se restringem a esse âmbito). A perspectiva negativa, conforme colocamos, é mais abrangente. Nas próximas seções,

trataremos de outros autores que se debruçaram sobre a tradução de filosofia nessa perspectiva, sem, contudo, conceder grande atenção à questão da intraduzibilidade.

2.2 Tradução de filosofia como tradução literária

Um dos críticos mais ilustres da noção de intraduzibilidade desenvolvida por Cassin e seus colaboradores é o norte-americano Lawrence Venuti. Segundo ele, a definição de Cassin é críptica (VENUTI, 2016, p. 187) e, dado o formato da publicação (dicionário) e seu recorte linguístico (as unidades de tradução sendo palavras), parte de uma noção instrumentalista de tradução (*Ibid.*, p. 189-190). Os problemas de tais seleções e pressupostos são resumidos por Venuti assim:

Como visão de tradução, o instrumentalismo é conceitualmente estéril. Por um lado, ele remove o texto traduzido de sua situação cultural e do momento histórico que lhe conferem significação enquanto ato interpretativo. Por outro lado, ele instala o texto traduzido numa esfera atemporal e universal onde juízos de certo e errado são evocados para promover, através de um truque de mágica analítico, uma interpretação oposta. (*Ibid.*, p. 191)

Tais críticas são feitas no contexto da adoção das ideias de Cassin pelos organizadores das edições anglófonas do *Dicionário* e por pesquisadores de literatura comparada: “[...] [se] a intraduzibilidade lança bases instáveis para uma abordagem da história da filosofia, que dirá da literatura mundial.” (*Ibid.*, p. 189); “A versão em inglês do dicionário de Cassin, em vez de solucionar, agrava seus problemas.” (*Ibid.*, p. 191). Sendo assim, não há muito espaço aqui para que o autor explicita sua visão da tradução de filosofia. Em outro texto, Venuti tem mais a dizer sobre o assunto, e nele, como veremos, suas ideias sobre como se deve traduzir textos filosóficos não são tão diferentes das ideias de Cassin e seus colaboradores quanto suas críticas a estes poderiam sugerir.

Em *Os escândalos da tradução*, Venuti dedica um capítulo à tradução de filosofia. De certo modo, pode-se dizer que, ao fazê-lo, ele desdobra suas ideias acerca do problema da invisibilidade do tradutor. A crítica de Venuti centra-se, portanto, na domesticação de textos estrangeiros como forma de manutenção do *status quo*. A submissão de textos estrangeiros a formas linguísticas e culturais domésticas é problemática, dentre outras razões, porque apaga as diferenças, reforça os padrões dominantes e impossibilita o desenvolvimento de novas formas de pensar. De acordo com Venuti, a questão é, portanto, principalmente política, e suas propostas de mudança também vão nesse sentido. Para o autor em questão, a tradução de filosofia deve ser experimental e criativa de modo a romper com padrões estabelecidos, chamar

a atenção para a alteridade e estimular o desenvolvimento de novas filosofias. Para tanto, ele recorre à noção de literatura menor proposta por Deleuze e Guatari:

Para o tradutor, uma abordagem mais literária transforma a tradução filosófica numa literatura menor dentro da literatura da Filosofia. A tradução experimental é minorizante: ela cria uma linguagem filosófica que desafia a hierarquia doméstica das linguagens filosóficas. A tradução que, em contraste, evita inovações estilísticas, exercerá um impacto insinuante na disciplina doméstica, assimilando o texto estrangeiro ao dialeto-padrão, às filosofias dominantes, às interpretações dominantes. Apenas a tradução experimental pode ressaltar a diferença linguística e cultural do texto estrangeiro ao desterritorializar a língua maior e abrir a instituição a novos conceitos e discursos. Ao levar em conta a tradução, a Filosofia não acaba, não se transforma em poesia ou História, mas abre-se para outros tipos de pensamento e escrita. (VENUTI, 2019, p. 249).

A proposta de Venuti é, no mínimo, ousada. Large, ao comentá-la, faz uma observação que, a nosso ver, é crucial: ao que parece, poucos filósofos estariam dispostos a ser traduzidos dessa forma (LARGE, 2019a, p. 317); e acrescenta que, a despeito das extravagantes propostas resultantes das posturas algo radicais de alguns teóricos da tradução sobre como se deve traduzir filosofia, via de regra os tradutores de filosofia têm privilegiado o *rigor terminológico* e a *consistência* acima de tudo (*Ibid.*, p. 318). Outra razão pela qual a proposta de Venuti nos parece inadequada é o fato de que ele escreve na perspectiva de um sujeito situado numa cultura dominante na qual a tradução domesticadora reforça a invisibilidade de culturas dominadas; numa cultura que falha em enxergar a diferença e a alteridade de praticamente todos os outros modos, as ideias de Venuti fazem algum sentido e podem ter alguma validade ética e política. Na perspectiva periférica que é a nossa, no entanto, na qual as culturas dominantes penetram das mais variadas maneiras, parece-nos um contrassenso traduzir de modo a tornar a nossa língua-cultura ainda mais permeável ao estrangeiro. Aqui, portanto, a domesticação pode ser vista como uma estratégia de resistência⁸.

Venuti não é o único a estabelecer aproximações entre os discursos filosófico e literário. Na próxima seção, discutiremos as ideias de um autor que também aproxima ambos os tipos de texto, embora de maneira um tanto distinta.

2.3 Filosofia, obscuridade & tradução

Conforme dissemos antes, a visão negativa da tradução de filosofia vai além da questão dos intraduzíveis. Segundo Young: “O foco contemporâneo na intraduzibilidade forma

⁸ Para uma interessante problematização das estratégias estrangeirizantes num contexto cultural periférico, cf. BENEDETTI, Ivone. *O mito da estranheza*. [S.l.: 2020?]. Disponível em: <https://www.ivonebenedetti.com.br/o-mito-da-estranheza>. Acesso em: 1 fev. 2021.

parte da celebração da obscuridade [...]” (2014, p. 49, grifo nosso). Em *A tradução de filosofia*, Jonathan Rée defende que os melhores textos filosóficos tendem a ser incompreensíveis e que portanto não há texto que coloque maiores desafios ao tradutor:

Em primeiro lugar, há o problema da obscuridade. A escrita filosófica, embora possa sempre ter a clareza como ideal, é famosa por sua obscuridade. [...] em filosofia, caso único dentre as disciplinas teóricas, a obscuridade talvez seja precisamente a qualidade que torna um texto clássico [...]. (RÉE, 2001, p. 226)

Seguindo essa linha argumentativa, Rée postula que a obscuridade não é um aspecto accidental, mas algo da própria essência da filosofia (*Ibid.*, p. 227)⁹. Desse modo, se Aristóteles, por exemplo, tivesse redigido suas ideias a fim de publicá-las e não apenas deixado apontamentos caóticos e lacunares de aula, ainda assim teríamos dificuldade em entendê-lo. Rée é bastante categórico e genérico ao fazer tais observações, e embora admita que alguns filósofos possam se expressar com clareza (caso dos analíticos, como veremos), sugere que tal possibilidade se deve tanto “[...] às habilidades e preferências relativas à técnica narrativa quanto a questões abstratas de doutrina.” (*Ibid.*, p. 228). Ou seja: de acordo com as concepções dele, é possível que os filósofos analíticos se expressem com clareza (assim como os continentais que porventura também se expressaram dessa maneira) por mera questão de (mau?) gosto, porque não dominam a arte da escrita filosófica ou ainda porque suas ideias não têm profundidade filosófica.

Em certos pontos de sua discussão, Rée sugere que a estranheza caracterizaria melhor a linguagem filosófica do que a literária (*Ibid.*, p. 252). Se isso for verdade, talvez os teóricos da literatura tenham mais sucesso em definir a literariedade estudando-a em textos filosóficos.

No que tange ao modo de traduzir filosofia, o autor nos dá indícios de sua visão ao criticar uma tradução nos seguintes termos:

A desvantagem deste tipo de escrupulosidade petrificada é que originais relativamente despreziosos, com pés mais ou menos fincados no chão linguístico, são elevados pelo processo tradutório a demonstrações exibicionistas de quase incompreensibilidade. (*Ibid.*, p. 237)

No trecho em questão, Rée está criticando um exemplo de procedimento tradutório que pode soar como estratégia estrangeirizante, mas é apenas fruto de incompetência tradutória. O que é

⁹ No que se refere à tradição continental, Glock concorda com a perspectiva de Rée em alguns pontos, mas com ressalvas: “Eu não arriscaria dizer que dentro da tradição continental Hegel, Heidegger, Lacan, Deleuze são mais exceções que a regra. Mas eles são menos representativos do que os filósofos analíticos gostam de pensar.” (2010, p. 173). Esse ponto é importante, já que esses são alguns dos nomes geralmente tomados como exemplos paradigmáticos pelos pesquisadores da tradução de filosofia.

um tanto surpreendente aqui é que o autor, apesar de sua visão essencialmente negativa, não vê a tradução filosófica como um vale-tudo, nem favorece uma estratégia específica. O critério global mais importante para o sucesso parece ser a manutenção da estranheza original do texto-fonte, e não a criação de efeitos inexistentes no original.

Um problema com a visão de Rée, a nosso ver, é que ele faz generalizações sobre a essência da escrita filosófica com base no estilo (que em alguns casos pode ser um aspecto meramente acidental ou secundário) de alguns filósofos¹⁰. E, a partir desse arriscado movimento, efetua juízos de valor igualmente imprudentes: “A *escrita filosófica séria* sempre soa como uma tradução de antemão.” (*Ibid.*, p. 253, grifo nosso). A ser verdade, o pobre Schopenhauer, conhecido por seu estilo claro (uma espécie de precursor das pretensões estilísticas analíticas), não fez filosofia séria, a despeito do que nos diz sua obra, além de muitos estudiosos dela, historiadores da filosofia, etc.¹¹.

Em defesa de suas teses, Rée cita um texto de Ingarden, *On Translations* (1991), o qual elogia enquanto o único ensaio sobre tradução & filosofia que conhece que se sustenta (*Ibid.*, p. 227). O texto de Ingarden, de fato, é um texto interessante e bem fundamentado, e é um tanto surpreendente a menção a ele da parte de Rée, posto que, como veremos, em linhas gerais ele vai na contramão das ideias deste. Na verdade, ele representa exatamente uma outra forma, diferente das que vimos até aqui, de enxergar e abordar os textos filosóficos na perspectiva da tradução. Essa tendência servirá de base para a nossa própria abordagem, razão pela qual trataremos dela em seção à parte.

2.4 Tradução de filosofia como tradução científica

Primeiramente, atenhamo-nos ao trecho de Ingarden citado por Rée, no qual aquele teria dito que o cânone filosófico teria “passagens e até obras inteiras que são obscuras.” (INGARDEN *apud* RÉE, 2001, p. 227). Em outras palavras, o filósofo polonês diz que a

¹⁰ Glock rotula Rée como um historicista relativista, para o qual o conhecimento do contexto histórico em que os filósofos se situam é fundamental para a devida compreensão de suas ideias (2008, p. 89; p. 107). Glock se opõe a tal perspectiva ao dizer que somente o conhecimento daquilo que os filósofos apontam como importante é necessário para a compreensão de suas doutrinas; ademais, se existe algo como a continuidade histórica, é ela que nos possibilita compreender e avaliar o passado em termos presentes (*Ibid.*, p. 106). Caso contrário, o passado nos seria completamente ininteligível. Veremos outro ponto contrário levantado por Glock mais adiante.

¹¹ Borges era um célebre entusiasta do filósofo alemão: “Enquanto vivíamos na Suíça, comecei a ler Schopenhauer. Hoje, se tivesse de escolher um único filósofo, eu o escolheria. Se o enigma do universo pudesse ser formulado em palavras, penso que essas estariam na obra dele.” (2009, p. 27). O estilo do filósofo alemão pode ter sido fundamental no estabelecimento dessa preferência, pois Borges era um defensor vigoroso da clareza, razão pela qual dizia que Joyce havia fracassado (2008, p. 18).

tradição filosófica inclui trechos e até mesmo trabalhos que em sua totalidade seriam herméticos. Incluir, porém, não significa ser formado exclusiva ou majoritariamente por. Aqui, portanto, temos mais um indício do salto indutivo arriscadíssimo que Rée efetua. Em segundo lugar, o principal: o texto de Ingarden vai de encontro às teses postuladas por Rée. Nele, Ingarden distingue aquilo que chama de trabalhos acadêmicos [*scholarly works*] e obras de arte literárias, estabelecendo diferentes características e funções para cada tipo. Às vezes, admite ele, pode haver sobreposições: “Em alguns casos-limite uma obra pode, sendo acadêmica e artística, servir a dois propósitos distintos, mas não mutuamente exclusivos (e.g., os diálogos de Platão) [...]” (INGARDEN, 1991, p. 132). Para Ingarden, a principal função de uma obra acadêmica é cognitiva, ao passo que a função mais importante da obra de arte literária é estética (*Ibid.*, p. 132-133). Tais diferenças acabam ocasionando diferenças nos modos como tais obras se configuram: “Obras de arte literárias são [...] construídas muito mais organicamente que obras acadêmicas [...]” (*Ibid.*, p. 139). Em vários momentos do ensaio do filósofo polonês fica bastante evidente a qual dessas duas grandes categorias ele acredita que os textos filosóficos pertencem e qual é a sua função:

As obras dos clássicos da filosofia, ao menos enquanto concebidas por seus autores, são obras acadêmicas. Portanto, devem transmitir conhecimento adquirido por seu autor. Elas não são e, via de regra, não foram feitas para serem, obras de arte literárias. (*Ibid.*, p. 162).

Ao passo que Rée e Venuti, de modos distintos, é verdade, aproximam literatura e filosofia, Ingarden é muito claro em separá-las. As distinções apontadas por Ingarden têm muitos pontos de contato com as diferenças apontadas por Jakobson em seu clássico *Aspectos linguísticos da tradução*:

Em sua função cognitiva, a linguagem depende muito pouco do sistema gramatical, porque a definição de nossa experiência está numa relação complementar com as nossas experiências metalinguísticas – o nível cognitivo da linguagem não só admite como exige a interpretação por meio de outros códigos, a recodificação, isto é, a tradução. A hipótese de dados cognitivos inefáveis ou intraduzíveis seria uma contradição nos termos. Mas nos gracejos, nos sonhos, na magia, enfim, naquilo que se pode chamar de mitologia verbal de todos os dias, e sobretudo na poesia, as categorias gramaticais têm um teor semântico elevado. Nessas condições, a questão da tradução se complica e se presta muito mais a discussões. (JAKOBSON, 2010, p. 88)

Jakobson, assim como Ingarden, estabelece muito claramente um limite entre textos cuja finalidade é estética (ou, nos termos de Jakobson, poética) e textos cuja função é expressão de conhecimento, além de comentar as implicações dessas distinções para a prática tradutória. Jakobson, diferentemente de Ingarden, fala explicitamente de intraduzibilidade, mas não a associa à filosofia, e sim à tradução literária. A visão comum a ambos e que, em linhas gerais,

se opõe a todas as perspectivas que delineamos até aqui, nós chamaremos de visão positiva da tradução de filosofia.

Quaisquer expedientes linguísticos que conduzam à obscuridade em textos filosóficos, para ambos, são acidentais e indesejáveis: “Ambiguidade em obra acadêmica (sem aspirações literárias) é geralmente um defeito.” (INGARDEN, 1991, p. 170). Tais observações têm óbvias implicações em como essas obras devem ser traduzidas. Para Jakobson, o problema geral que ele chama de deficiência na língua-alvo pode ser resolvido por uma série de estratégias:

Toda experiência cognitiva pode ser traduzida em qualquer língua existente. Onde houver uma deficiência, a terminologia poderá ser modificada por empréstimos, calcos, neologismos, transferências semânticas e, finalmente, por circunlóquios. (JAKOBSON, 2010, p. 84)

Ingarden, por seu turno, tem uma preocupação mais geral que nos parece dizer respeito, de modo mais explícito, às traduções estrangeirizantes, e aqui temos um ponto de contato entre suas ideias e as de Rée, conforme mostramos anteriormente:

O tradutor deve ficar atento de modo a não se submeter à estrutura e à sintaxe da língua estrangeira [...] e a não usar expressões [talvez] típicas desta, mas que normalmente soam engraçadas quando traduzidas literalmente. Ele também deve evitar a voz passiva, [...] assim como a ordem das palavras na língua estrangeira, etc.” (INGARDEN, 1991, p. 188).

Embora as visões sobre o texto filosófico de ambos sejam diametralmente opostas, quando se trata da tradução de filosofia, eles parecem concordar quanto aos perigos da submissão à língua do texto-fonte — Rée de maneira mais sutil, Ingarden de forma mais explícita. A concordância, porém, se encerra aqui. No caso do primeiro, além de considerarmos ao menos parcialmente equivocada sua visão do texto filosófico, também enxergamos nela uma implicação que vai de encontro a nossa abordagem, a saber: alguns textos filosóficos (especialmente os que se identificam como pertencentes à tradição analítica) podem ser traduzidos como textos técnico-científicos ou, nas palavras de Ingarden, como obras acadêmicas, posto que compartilham os mesmos objetivos básicos.

Na próxima seção, após delinear os métodos, os objetivos, as questões e as justificativas de nosso estudo, discutiremos como a noção de função foi essencial para e no desenvolvimento de dois quadros teóricos e práticos dos estudos da tradução. Articulado à discussão sobre a tradução de textos técnico-científicos (sobre a qual, como veremos, exerceu forte influência), o funcionalismo será a base a partir da qual construiremos nossa proposta de abordagem.

3 METODOLOGIA & FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, descreveremos brevemente alguns aspectos metodológicos, os nossos objetivos, as nossas justificativas e as nossas questões de pesquisa. Além disso, também detalharemos os passos que daremos na tentativa de respondê-las. Por fim, de maneira mais detida, discutiremos as ideias que constituem nosso referencial teórico.

3.1 Alguns aspectos metodológicos

Nosso estudo se enquadra no tipo de pesquisa convencionalmente chamada de conceitual, em oposição à pesquisa empírica. Chesterman e Williams definem a primeira do seguinte modo: “A pesquisa conceitual visa definir e esclarecer conceitos, interpretar ou reinterpretar ideias, relacionar conceitos a sistemas mais abrangentes, introduzir conceitos novos, metáforas ou quadros que possibilitem uma melhor compreensão do objeto de estudo.” (2011, p. 58). A segunda, como o próprio nome sugere, é feita com base na coleta e na observação de dados e de informações e no trabalho experimental. É certo que tal “[...] distinção nem sempre é evidente e que esses dois tipos de pesquisa não são mutuamente excludentes.” (O’BIEN; SALDANHA, 2013, p. 15). Chesterman e Williams também afirmam que: “A pesquisa conceitual (*análise conceitual*) geralmente tem a forma de um argumento.” (2011, p. 59). Nosso argumento será desenvolvido no intuito de, simultaneamente, lançar uma hipótese interpretativa e defendê-la. A hipótese interpretativa, por sua vez, visará estabelecer a compreensão de um objeto (tido por alguns como obscuro) em termos de outro (de certo modo mais familiar) com o qual, de acordo com nossa visão, tem vínculos e guarda fortes semelhanças, o que resultará em abordagens mais seguras e bem-sucedidas.

A construção do argumento será feita com base em extensa (no sentido de representativa, e não de exaustiva) revisão bibliográfica, assim definida por Severino:

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (2016, p. 131).

Tal método, conforme esperamos demonstrar, é o mais adequado a nossos propósitos, entre outras razões porque “[a] revisão bibliográfica dá aos pesquisadores a oportunidade de explicar sua motivação e potencial contribuição.” (O’BIEN; SALDANHA, 2013, p. 19).

A questão dos objetivos parece entrelaçada à justificativa, uma vez que “[o]s pesquisadores escolherão questões com base em seu interesse no assunto, mas o tema também deverá ser do interesse geral da comunidade.” (*Ibid.*, p. 17). Conforme dissemos, a aceitação de nossa hipótese acarretará abordagens mais seguras e eficazes do nosso objeto, uma vez que partirão de um entendimento mais adequado dele. A divisão entre objetivos principais e secundários, aqui, não visa estabelecer diferenças hierárquicas de importância, mas apenas apontar os objetivos secundários (não menos relevantes) como possíveis consequências do reconhecimento e da aceitação do objetivo alcançado e postulado primeiramente.

De um modo geral, o nosso objetivo principal é defender nossa hipótese interpretativa através do desenvolvimento do argumento segundo o qual a tradução de filosofia (analítica) é mais adequada quando entendida como análoga à tradução de textos técnico-científicos. Uma vez alcançada nossa meta primeira, ou seja, a partir da adoção da compreensão proposta, nossos objetivos secundários são: a) contribuir, ainda que em pequena escala, para o avanço dos estudos da tradução; b) fundamentar e guiar abordagens tradutórias que, na prática, serão mais seguras, adequadas e eficazes.

No que tange à metodologia propriamente dita, o caráter de nossa pesquisa é qualitativo no sentido de que “[e]m termos gerais, a meta da pesquisa qualitativa é descrever a qualidade de algo de alguma forma esclarecedora.” (CHESTERMAN; WILLIAMS, 2011, p. 64). A descrição de nosso objeto será conduzida com ferramentas teóricas derivadas dos estudos da tradução.

3.2 Questões de pesquisa e procedimentos

A nossa questão central, relativa a nossa hipótese interpretativa, é: os textos filosóficos da tradição analítica podem ser abordados (e, portanto, traduzidos) como textos técnico-científicos? Outras questões, mais específicas, também se colocam no intuito de responder a primeira: qual é a função e quais são as características da filosofia analítica (de acordo com os praticantes dessa tradição)? Quais são as funções e características dos textos técnico-científicos (de acordo com os tradutores e os pesquisadores da tradução)?

Nosso argumento divide-se em três etapas principais: 1) estado da arte e problematização (visa oferecer um quadro panorâmico sobre a tradução filosófica, de acordo com as visões de alguns pesquisadores, e o que há de errado – ou certo – com elas, conforme fizemos brevemente no capítulo precedente); 2) fundamentação teórica propriamente dita (com apontamentos sobre o funcionalismo alemão e a tradução de textos técnico-científicos); 3)

caracterização de nosso objeto principal (descrição da filosofia analítica guiada pelos conceitos de nossa base teórica, com ênfase nos aspectos mais significativos para nossa proposta de abordagem). Todas essas etapas serão necessárias para revelarmos nossos pressupostos e desenvolvermos e fundamentarmos o conjunto de nossas premissas, cuja conclusão será a resposta à nossa pergunta principal.

3.3 A tradução como ato intencional: a abordagem funcionalista

A menção às ideias de Ingarden e Jakobson no final do capítulo anterior deve ter deixado claro que a noção de função tem certo relevo nas distinções efetuadas por esses autores entre textos literários e textos técnico-científicos (o segundo tipo, conforme vimos, incluiria os filosóficos). Agora, nós iremos discutir como a ideia de função foi explorada por alguns teóricos da tradução a ponto de nomear a abordagem na qual tornou-se o conceito central.

De maneira um tanto esquemática, tem-se dito que esse novo paradigma surgiu em oposição ao paradigma da equivalência. Porém é a uma noção específica de equivalência que essa corrente se opõe: “[...] a equivalência (*no sentido de ‘efeitos iguais’* do TF e do TA¹²) não é um critério praticável na tarefa tradutória.” (NORD, 2016, p. 241, grifo nosso). Léon (2020, p. 199) descreve as fontes dessa corrente nos seguintes termos: “O funcionalismo é uma abordagem teórica e dedutiva à tradução e à interpretação baseada na teoria da ação, na teoria da comunicação, na antropologia cultural, na teoria da recepção e na epistemologia evolutiva.”. O fator mais relevante nessa perspectiva é o propósito do texto-alvo que, inserido num contexto cultural específico, determinará as estratégias tradutórias e sua própria configuração:

O ponto principal sobre a abordagem funcional é o seguinte: não é o texto fonte como tal, ou seu efeito sobre o receptor do TF, ou a função que lhe foi atribuída pelo autor, que determinam o processo de tradução, tal como postulado pela teoria da equivalência, mas sim a função pretendida ou o *skopos* do texto alvo, tal como determinado pelas necessidades do iniciador. (NORD, 2016, p. 29)

Importante frisar que a ideia de função, nesse caso, está fortemente associada à recepção, mais que ao texto propriamente dito: “[...] um texto não tem uma função; uma função só pode ser atribuída ao texto pelo receptor no ato da recepção.” (*Ibid.*, p. 42). O funcionalismo estabelece uma hierarquia entre texto e contexto:

Do ponto de vista acional, o texto é um elemento da interação comunicativa que ocorre em uma situação. Portanto, a situação comunicativa (inclusive os interlocutores) torna-se o centro da atenção, enquanto a estrutura linguística do corpo textual, que

¹² Texto-fonte e texto-alvo, respectivamente.

pode ser analisada usando recursos da textologia, relega-se a um segundo plano. (*Ibid.*, p. 409)

A situação pode ser o contexto comunicativo imediato, mas também o contexto cultural mais amplo em que os textos se inserem: “[...] na tradução, a questão da cultura e sua influência sobre o texto [...] é o centro de interesse [...]” (*Ibid.*, p. 113). A relação entre cultura, público-alvo e propósito é o principal foco de interesse do funcionalismo.

Léon também chama a atenção para o seguinte aspecto: “Os funcionalistas desafiaram a norma segundo a qual textos-alvo devem ter a mesma função dos textos-fonte, alegando que essa tende a ser uma exceção à regra [...]” (2020, p. 199). Esse fato tem particular relevo em nossa discussão, posto que nosso enfoque é sobre um objeto (o texto filosófico analítico) que constituiria uma dessas exceções.

Embora muitos teóricos dos estudos da tradução possam ser considerados funcionalistas, pode-se dizer que há quatro autores pioneiros cujas ideias são basilares no desenvolvimento dessa abordagem teórica: Vermeer, Reiss (Reiß), Nord e Holz-Mänttari. Os dois primeiros desenvolveram a abordagem, a segunda a aprimorou (além de divulgá-la) e a terceira, por assim dizer, a ampliou. Nas próximas subseções discutiremos esse desenvolvimento inicial – sem pretensão de rigor cronológico, diga-se –, sempre frisando os aspectos que são mais relevantes para nossa própria abordagem.

3.3.1 A teoria do escopo

A teoria do escopo foi lançada inicialmente por Vermeer e depois apareceu em obras escritas a quatro mãos por ele e Reiss. A tradução, para eles, é um comportamento intencional, isto é, uma ação guiada por um propósito que Vermeer chama de escopo:

O escopo tem prioridade na hierarquia de fatores que guiam as decisões do tradutor. Essa ideia básica foi formulada como a regra do escopo, segundo a qual a ação tradutória é uma função de seu escopo. Essa regra também estabeleceu o escopo como uma variável determinada pelos destinatários. Portanto, a teoria do escopo atribui um papel central ao público-alvo – mais especificamente às expectativas do tradutor em relação a esse público – na definição das estratégias de tradução. (*Ibid.*, p. 200)

As estratégias adotadas pelo tradutor são divididas em dois grandes grupos: “No processo de reverbalização, o tradutor tem que tomar uma decisão geral e muitas decisões específicas. A decisão geral envolve escolher uma estratégia global para todo o texto [...]” (REISS *apud* REISS; VERMEER, 2014, p. 50). A estratégia global baseia-se principalmente

na análise dos fatores extratextuais, e as estratégias específicas, na análise de fatores intratextuais¹³.

De acordo com essa perspectiva, o produto do processo tradutório é um envio (ou oferta) de informação a um público-alvo numa cultura-alvo; essa informação, por seu turno, diz respeito a um envio prévio de informação a um primeiro público-alvo inserido numa dada cultura-fonte (LÉON, 2020, p. 200). Temos aqui o conceito de *translatum*, i.e., de tradução como produto que oferece informação e cuja singularidade, especialmente nos casos em que a função do texto é preservada, é imitar ou simular uma oferta prévia (REISS; VERMEER, 2014, p. 18). O conceito de informação, por sua vez, é explicado assim por esses autores: “‘Informação’ é usado aqui como um termo genérico para funções discursivas no sentido de um emissor comunicando (ou, mais precisamente, desejando comunicar [...]) a um público almejado o que ele deseja que seja entendido e como seja entendido.” (*Ibid.*, p. 56).

No interior desse quadro, o papel do tradutor não é o de mero mediador linguístico, mas de especialista que decide o que traduzir e como (LÉON, 2020, p. 200). Essa decisão pode ser a de fazer do ato tradutório uma mediação cujo propósito é alcançar a equivalência linguística, mas não se limita ou esgota nessa possibilidade (e aqui estaria, para alguns, o diferencial desse novo paradigma). Segundo Pym (2017, p. 96): “Para a teoria do escopo, a equivalência caracteriza uma situação na qual as funções do texto de partida e da tradução são supostamente as mesmas, sendo considerada um caso especial dela.”. Ou nas palavras de Reiss e Vermeer: “[...] a teoria funcional [...] define a preservação da função como um caso de ‘diferença zero’.” (2014, p. 48).

Para criticar as traduções, a noção sugerida por Reiss e Vermeer é a de adequação (baseada no propósito, mais centrada em processos e, portanto, mais abrangente e dinâmica) em detrimento da ideia de equivalência (mais centrada no produto e, com esse fim, mais limitada, sendo apenas um caso daquela) (*Ibid.*, p. 127-128). As boas traduções, portanto, são aquelas que cumprem o seu propósito – e essa avaliação vai além da mera análise textual.

Os autores também discutem a ideia de tipos ou sequências textuais – que expressam funções comunicativas básicas e universais: informativa, expressiva e operativa – e a de gêneros (cujos padrões são mais fluidos, a depender das culturas em questão), ambas igualmente relevantes na análise textual (*Ibid.*, p. 136-137). Os tipos textuais, embora baseados

¹³ Nord, no contexto da formação de tradutores, propõe um quadro de análise do texto-fonte e do texto-alvo que contempla os seguintes aspectos de três categorias: 1) fatores extratextuais – emissor, intenção, público, meio, lugar, tempo, motivo e função; 2) fatores intratextuais – assunto, conteúdo, pressuposições, estruturação, elementos não verbais, léxico, sintaxe e elementos suprasegmentais; 3) efeito (NORD, 2016, p. 252-253).

em funções universais, se configuram através de expedientes linguísticos variáveis, assim como os padrões de gêneros. No que tange aos tipos, os autores também falam de formas híbridas, pois os textos às vezes têm mais de um propósito ou se desviam das funções almejadas inicialmente (*Ibid.*, p. 183). (Frise-se que, nesse ponto, as ideias de Reiss e Vermeer parecem ir ao encontro do que Ingarden fala sobre textos filosóficos com características literárias.) Portanto, é principalmente (mas não somente!) a identificação do tipo que será crucial para a determinação das estratégias específicas de tradução, ou seja, do modo de traduzir, especialmente quando se trata de preservar a mesma função (*Ibid.*, p. 189). De acordo com Nord (2018, p. 10): “A classificação do texto-fonte como pertencente a determinado tipo textual é [...] relevante somente nos casos especiais nos quais a função almejada do texto-alvo é representar um equivalente textual do texto-fonte.”. Outras categorias textuais importantes no funcionalismo são as que se referem à coerência, que pode ser intratextual (o texto traduzido deve ser coerente em si mesmo e para o público-alvo) ou intertextual (deve ser fiel ao texto-fonte) (REISS; VERMEER, 2014, p. 107).

Uma das vantagens dessa abordagem, segundo seus autores, é que ela resolveria a dicotomia entre traduções domesticadoras ou estrangeirizantes: “[...] uma tradução estrangeirizante seria aquela que informa sobre formas do texto-fonte, ao passo que uma tradução domesticadora priorizaria informar sobre significado e efeito.” (*Ibid.*, p. 71). Outra vantagem é o caráter simultaneamente normativo e flexível que essa abordagem possui, já que: “Em vez de afirmar que dada estratégia de tradução é a mais apropriada para dado texto, deve-se afirmar que, em determinadas circunstâncias, uma dada estratégia é *escolhida* para um texto, etc.” (*Ibid.*, p. 48).

O enfoque funcionalista, conforme já foi dito, concede enorme importância à cultura da qual a linguagem (verbal) é uma expressão: “Traduzir é comparar culturas.” (NORD, 2018, p. 33). Para Reiss e Vermeer, a ação tradutória não é uma mera transferência linguística, mas um tipo de transferência cultural (2014, p. 14). Tanto é assim que os autores sugerem que o termo ‘tradução interlingual’, por ser muito limitado, seja substituído por ‘tradução intercultural’ e que os tradutores sejam, mais que bilíngues, biculturais (*Ibid.*, p. 22; p. 25). Aqui, a noção de norma é significativa, pois a submissão a elas será importante de maneira que a comunicação não gere sanções ou protestos, critério necessário para que se avalie se a comunicação (tradução) foi bem-sucedida (*Ibid.*, p. 88-89). Um exemplo de insucesso seria o evento comunicativo no qual a própria ação tradutória é alvo de protesto, especificamente contra o modo como se traduziu dado texto (*Ibid.*, p. 97-98), pois a prática tradutória também integra um contexto cultural e, portanto, é regida por normas e expectativas sociais. Ainda sob

esse enfoque, a cultura se dividiria em três subcategorias: a paracultura, a mais abrangente, que diz respeito às normas e convenções de uma sociedade em sua totalidade; a diacultura, relativa às regras de grupos sociais distintos inseridos nas sociedades; e a idiocultura, que se refere à cultura de indivíduos específicos num dado momento (AMMANN *apud* NORD, 2018, p. 23). A ideia de transferência cultural pressuposta nessas categorias foi questionada no contexto de interpretação simultânea de conferências, pois um grupo de especialistas presentes nesse tipo de evento constituiria uma espécie de diacultura internacional (PÖCHHAKER *apud* LÉON, 2020, p. 203)¹⁴. Essa problematização é significativa, pois a nosso ver ela pode ser ampliada de modo a abarcar muitas das ações tradutórias que envolvam textos técnico-científicos¹⁵.

Quando nos referimos anteriormente à oposição entre os paradigmas da equivalência e do funcionalismo como um tanto maniqueísta, o que queríamos dizer é que Reiss e Vermeer se opõem apenas à perspectiva mais tradicional (ou radical) da equivalência, segundo a qual traduzir é um processo mecânico e formal cuja função é preservar um núcleo de significado (2014, p. 29). A desconsideração dos fatores culturais e situacionais que essa perspectiva parece trazer em si é um erro grave para esses autores. No entanto, o peso do fator cultural e da consequente possibilidade de as funções mudarem, advogado pelo funcionalismo, não significa que traduzir é uma espécie de vale-tudo. Nesse ponto, os autores enfatizam que “[...] a função escolhida pelo tradutor [...] deve ser justificável [...]” (*Ibid.*, p. 53). Ademais, “[...] cada *translatum* necessariamente contém certos aspectos do texto-fonte (e.g., ‘significados’).” (*Ibid.*, p. 73). E, apesar da ênfase dada a um polo da comunicação, Vermeer e Reiss estão cientes de que o outro também não pode ser completamente ignorado: “[...] o tradutor deve negociar dois modelos – um com o produtor do texto-fonte e outro com o receptor do texto-alvo –, e então torná-los lógica e culturalmente compatíveis em sua oferta

¹⁴ Nord resume o posicionamento de Pöchhacker: “O uso do inglês em conferências internacionais como a língua franca dos participantes com os mais variados *backgrounds* torna o emprego da noção de transferência cultural problemático. Pöchhacker sugere basear-se no conceito de diacultura de Vermeer [...]: um grupo cultural que se define pelo *background* profissional compartilhado, pela especialidade técnica em comum e pelo histórico de interação como membros de uma dada organização profissional [...]. Essa cultura especializada transcende fronteiras nacionais ou culturais. As diferenças culturais expressas nas línguas ainda estão lá, mas não são tão relevantes no processo de comunicação transcultural quanto o terreno comum em que os participantes se movimentam.” (NORD, 2018, p. 99). Ou seja, nesses contextos, o enfoque nas diferenças culturais como obstáculos à comunicação e à tradução não faz tanto sentido, posto que a conjunção desses fatores específicos transcende os eventuais problemas.

¹⁵ O próprio Pöchhacker não considera as analogias entre tradução e interpretação problemáticas, posto que as enxerga como as duas faces de uma mesma moeda (1995, p. 1). Nossa menção *en passant* às ideias dele se justifica porque consideramos o contexto sobre o qual ele se debruça bastante similar ao contexto geral no qual textos da tradição filosófica analítica circulam. Para uma perspectiva radicalmente oposta a essa visão de Pöchhacker, cf. CHERNATOVAY, Leonid; NIEDZIELSKI, Henry. *Linguistic and Technical Preparation in the Training of Technical Translators and Interpreters*. In: WRIGHT, Leland; WRIGHT, Sue (orgs.). *Scientific and Technical Translation*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1993. p. 123-149.

(translacional) de informação.” (*Ibid.*, p. 62). Nesse entremeio, as possibilidades são muitas: “[...] a maior parte dos aspectos textuais (e, mais ainda, dos textos) pode ser traduzida de diversas formas, e é quase impossível determinar (objetivamente) a qual variante deve-se dar prioridade (para uma mesma função tradutória).” (*Ibid.*, p. 68). A palavra final é do tradutor, mas ele deve basear-se em “[...] regras que autorizem a expectativa de que a informação será bem-sucedida. Por exemplo: um texto especializado para *experts* deve fornecer informação clara e objetiva, mas pressupõe bom conhecimento técnico do assunto [...].” (*Ibid.*, p. 78). Portanto, existe aqui certo grau de liberdade, mas também há restrições, tudo determinado pela cuidadosa observância da função e da(s) cultura(s) envolvida(s).

Já dissemos anteriormente que a teoria do escopo, em geral, não prescreve estratégias ou procedimentos específicos que regulem como os textos devam ser traduzidos. Contanto que o tradutor considere suas justificativas para priorizar certos aspectos e estratégias razoáveis, ele poderá, por exemplo, traduzir um texto filosófico como se traduz literatura. Desse modo, a teoria de Reiss e Vermeer é bastante ecumênica, pois “autoriza” diversas formas de traduzir. Segundo os mesmos autores, essas formas ou tipos geralmente podem ser: a) traduções filológicas (eminentemente estrangeirizantes), centradas no modo como o texto-fonte se comunicava com seu público-alvo; b) traduções comunicativas (eminentemente domesticadoras), centradas na simulação da oferta de informação do texto-fonte; c) traduções criativas, centradas na introdução de conceitos, ideias, objetos, etc. que não existem na cultura-alvo (*Ibid.*, p. 124-125). Os limites entre esses tipos não são rígidos, e qual deles prevalecerá dependerá do texto em questão, do propósito da tradução, do contexto histórico em que a tradução se insere... Como temos tentado demonstrar, são as culturas que irão prescrever muitas vezes as normas ou convenções às quais os tradutores deverão se submeter:

Para explicar a aceitação (ou rejeição) de normas, recorreremos à analogia dos jogos e suas regras. Como membro de uma sociedade, cada pessoa deve jogar e pode escolher um jogo dentre vários. As regras do jogo escolhido devem ser observadas enquanto o jogo durar. Os jogadores determinam a duração do jogo. Um jogo escolhido pode ser abandonado em razão de outro jogo. (*Ibid.*, p. 87)

A analogia é deveras interessante. Um tradutor pode, portanto, abordar um texto de maneiras inesperadas ou desviantes (especialmente se tiver boas razões para tanto), mas também deve estar preparado para sofrer sanções ou até mesmo (ter que) abandonar o jogo se essa forma de traduzir não estiver de acordo com as regras. Levando-se isso em conta, os autores não deixam de dar sugestões (particularmente significativas considerando-se nossos objetivos), por exemplo: “[...] de modo a alcançar a equivalência entre o texto-fonte e o texto-alvo na tradução,

deve-se priorizar: [...] a reprodução da cadeia argumentativa num ensaio filosófico [...].” (*Ibid.*, p. 143). E ainda sobre os textos que constituem nosso objeto de estudo:

Parece ser a norma, pelo menos em nossa cultura (ocidental), que, quando se traduz textos pragmáticos do tipo informativo ou operativo, os tradutores adaptam-nos às convenções de gênero da cultura-alvo porque é o que se espera que façam; isso significa que, para textos com propósitos comunicativos práticos, eles escolherão traduzir do modo comunicativo. (*Ibid.*, p. 175)

Portanto, se o tradutor decidir traduzir filosofia de formas incomuns ou fora dos padrões estabelecidos, ele deve estar ciente de que poderá ou deverá “[...] enfrentar as consequências de um comportamento contrário às expectativas culturais.” (NORD, 2018, p. 23).

Dado o enfoque eminentemente cultural desse quadro teórico, Reiss e Vermeer estão sempre chamando a atenção para as diferenças, mas, ainda assim, em vários momentos, como temos tentado destacar, eles também tratam dos casos específicos em que se tenta reduzi-las ao mínimo e alcançar a máxima equivalência (obviamente dentro de certos limites), por exemplo quando dizem que: “[...] para os tradutores, não é possível oferecer a mesma qualidade e, tanto quanto possível, a mesma quantidade de informação, nem eles tentariam fazê-lo (a não ser que sejam explicitamente instados a tanto por razões puramente científicas [...]).” (2014, p. 114); ou quando alegam que: “A tradução automática (ainda) está longe de alcançar esse propósito, a não ser no caso de textos especializados altamente padronizados, particularmente das ciências mais exatas.” (*Ibid.*, p. 119); e ainda quando afirmam que:

Se um texto técnico dirigido a um público de especialistas na cultura-fonte é traduzido para um público semelhante na cultura-alvo, podemos legitimamente esperar equivalência entre esses textos. O texto-alvo deveria ter *o mesmo valor comunicativo e a mesma função* do texto-fonte numa interação comunicativa entre especialistas numa área. (*Ibid.*, p. 126, grifos nossos)

Com base nessas passagens, parece que tentar preservar as informações do texto-fonte é plausível e factível – especialmente quando se trata de textos técnico-científicos! –, embora geralmente não haja garantias quanto ao sucesso absoluto dessa empreitada. Aliás, os mesmos autores parecem plenamente cientes do quão injusto é impor o fardo da perfeita equivalência aos tradutores, afinal a “[...] invariância de efeito em diferentes situações de recepções de um texto pode ser difícil de atingir, ainda que dentro do mesmo contexto linguístico.” (*Ibid.*, p. 117).

Fora do contexto imediato em que surgiu, a teoria do escopo, mais que uma teoria geral da tradução, foi vista como uma teoria aplicada e prescritiva direcionada ao aperfeiçoamento da prática tradutória (LÉON, 2020, p. 201). Essa visão deve-se em parte ao desenvolvimento e à abordagem de Nord (2016), da qual trataremos mais adiante.

3.3.2 Teoria da ação tradutória¹⁶

As ideias de Holz-Mänttari, conforme dissemos, desenvolveram o funcionalismo ao rejeitar de modo mais veemente o paradigma da equivalência linguística e ao ampliar o conceito de tradução: “A ação tradutória se define como um tipo particular de ação situacional cuja meta é produzir o que a autora chama de transmissor de mensagem (*Botschaftsträger*) no contexto comunicativo intercultural.” (LÉON, 2020, p. 201). Nord complementa: “Sua teoria [...] foi concebida para abarcar toda forma de transferência intercultural, inclusive aquelas que não envolvem quaisquer textos-fonte ou alvo.” (2018, p. 12). Sob esse prisma, a comunicação é vista como uma ferramenta de cooperação através da troca de mensagens, e a ação tradutória torna-se necessária quando obstáculos culturais atrapalham essa cooperação (LÉON, 2020, p. 202).

Para Holz-Mänttari, os tradutores são especialistas responsáveis por atender as necessidades de terceiros através da criação de transmissores de mensagens que funcionem de modo adequado em situações particulares de ação e cooperação; tais profissionais estariam incluídos na categoria mais geral de *designers* textuais ou textualizadores, cujo trabalho é conceber os mundos de autores e públicos (receptores) de modo a estabelecer pontes entre eles, assim como as situações nas quais seus textos serão utilizados, e dessa forma tomar as melhores decisões no sentido de produzir textos funcionalmente apropriados (*Ibid.*, p. 202). Como essa óptica não se restringe à linguagem verbal ou a textos, mas se estende à sociedade, os tradutores devem ter habilidades que os tornem “especialistas em comunicação cultural” (PYM, 2017, p. 107).

As ideias de Holz-Mänttari foram criticadas externa e internamente por ampliar em demasia o conceito de tradução (*Ibid.*, p. 108) e também por suas pretensões demasiado abstratas que acabavam por negligenciar o texto-fonte (LÉON, 2020, p. 202). Nord foi uma das vozes que se opuseram à possível ausência de um texto-fonte num quadro teórico que tem como objeto a tradução:

Segundo o nosso conceito de tradução, que é, sem dúvida, condicionado pelo conceito tradicional da tradução com o qual nos formamos, a produção do TA que não se baseia

¹⁶ Alguns textos em inglês fazem traduções distintas dos termos originais em alemão usados por Reiss e Vermeer (*translational action*) e Holz-Mänttari (*translatorial action*), como se fossem ideias distintas. Nós, porém, acreditamos que em essência os termos se referem ao mesmo fenômeno. A própria Nord verte para o inglês o termo cunhado por Holz-Mänttari para se referir a toda forma de transferência intercultural como ‘*translational action*’, razão por que usamos uma mesma forma aqui.

ou não se vincula a um determinado texto fonte (qualquer que seja a especificação de ‘se baseia’ ou ‘se vincula’) não pode ser chamado de tradução [...]. (2016, p. 60).

Apesar das críticas, e de maneira similar ao que ocorreu com sua teoria-irmã, a teoria da ação tradutória foi “reabilitada” como um quadro referencial útil e eficiente no contexto da pedagogia da tradução e da interpretação (LÉON, 2020, p. 202). Um de nossos propósitos aqui, ao esboçar essa rápida síntese das contribuições de Holz-Mänttari, foi, além de salientar sua importância para o funcionalismo, demonstrar que tal escola não é um todo homogêneo e isento de dissensões.

3.3.3 A lealdade ao texto-fonte

Conforme indicamos anteriormente, o funcionalismo foi alvo de muitas críticas¹⁷, externa e internamente – Nord, por exemplo, fala de um funcionalismo radical que deu margem a tais críticas (2018, p. 115). Uma das contribuições mais relevantes dela, que foi aluna de Vermeer, para a corrente foi a introdução da noção de lealdade no funcionalismo, em parte como resposta à crítica feita por partidários da ideia de equivalência segundo os quais o enfoque dado à cultura-alvo poderia justificar a adoção de quaisquer estratégias, o que, por seu turno, poderia ter sérias implicações éticas (LÉON, 2020, p. 201). A noção em questão é assim definida:

Deixe-me chamar “lealdade” essa responsabilidade que os tradutores têm por seus sócios interagentes na empreitada tradutória. A lealdade compromete o tradutor bilateralmente, com o polo da fonte e do alvo. Não se deve confundi-la com fidelidade ou exatidão, conceitos que geralmente se referem à relação entre o texto-fonte e o texto-alvo. Lealdade é uma categoria interpessoal que diz respeito à relação social entre pessoas. (NORD, 2018, p. 115)

Apesar de ser uma categoria interpessoal, ela também diz respeito a uma necessária relação entre textos:

A tradução depende [...] da compatibilidade do *skopos* do TA com o texto fonte, cuja definição é culturalmente específica. Em nossas culturas (ocidentais), ela pressupõe a lealdade para com o autor ou emissor do TF, pelo menos nos casos em que o autor do TF também “assina” como emissor do TA. Espera-se do tradutor que ele não falsifique a intenção do autor. (NORD, 2016, p. 62)

Através desses postulados, Nord equilibrou a relevância dos agentes envolvidos no processo e aplacou as inquietações éticas geradas pelo aparente desequilíbrio anterior.

¹⁷ Cf. NORD, 2018, p. 100-112.

Nord também chama a atenção para certos aspectos do funcionalismo relevantes no treinamento de tradutores, posto que parte considerável de suas noções são desenvolvidas como componentes de um modelo de análise textual orientado para a tradução:

Por meio de um modelo global de análise de textos que considera tanto os fatores intratextuais como os fatores extratextuais, o tradutor pode identificar a ‘função-em-cultura’ de um texto fonte. Isso é então comparado à função-em-cultura (prospectiva) do texto alvo exigida pelo iniciador, identificando-se e isolando-se os elementos do TF que devam ser conservados ou adaptados na tradução. (*Ibid.*, p. 50)

Para Nord, a análise dos fatores extratextuais (emissor, meio, tempo, receptor, etc.) parece ser mais importante na definição da função comunicativa, posto que os aspectos intratextuais (estruturação, léxico, sintaxe, etc.) existem em função daqueles (*Ibid.*, p. 73). Combinando Bühler e Jakobson, ela estabelece 4 funções básicas (uma a mais que Reiss e Vermeer): referencial, expressiva ou emotiva, apelativa e fática (*Ibid.*, p. 83).

Estabelecidas essas bases conceituais, mencionaremos agora algumas das outras noções mais significativas (considerando-se também nossos próprios propósitos) dessa abordagem. Primeiramente, a divisão das traduções em dois grandes grupos: as documentais, nas quais o texto-alvo é *sobre* (um aspecto ou aspectos de) um texto-fonte, e as instrumentais, que buscam alcançar funções iguais ou similares às do texto-fonte (NORD, 2018, p. 45-50). Nesse ponto, ela tenta reelaborar (e simplificar) as categorias filológicas, comunicativas e criativas de Reiss e Vermeer, embora estas últimas pareçam ficar numa zona de intersecção entre as duas categorias de Nord.

Em segundo lugar, a questão das convenções de tradução: “Já que a tradução é uma espécie de comportamento comunicativo legítimo, as culturas também tendem a desenvolver convenções tradutórias. Elas podem dizer respeito à ideia do que é ou deveria ser uma tradução e a que tipo de relação se espera que haja entre um dado texto-fonte e o texto-alvo traduzido correspondente [...]” (*Ibid.*, p. 55). Impõe-se ressaltar que essa noção dialoga com as questões mais gerais concernentes à cultura e às normas às quais espera-se que os tradutores respeitem, sob pena de sofrer sanções. Nesse ponto, Nord parece estar de pleno acordo com seus antecessores sobre o movimento dialético da tradução, cujos mestres de ofício estão sempre em busca de um perfeito equilíbrio (e, portanto, inatingível) entre o exercício da liberdade e o cumprimento de regras, entre vazão à criatividade e submissão a normas (NORD, 2016, p. 86). No plano ideal, a autora também situa a congruência entre três fatores distintos: a intenção do emissor, a função do texto e o efeito sobre o receptor (*Ibid.*, p. 92).

Outro fator discutido pela autora é a necessidade (ainda em termos ideais, diga-se) do encargo de tradução [*translation brief*], na forma de instruções detalhadas sobre a situação

alvo fornecidas pelo iniciador ou solicitante, de modo que o tradutor possa analisar o texto-fonte, compará-lo ao texto-alvo (prospectivo) e antever eventuais problemas (NORD, 2018, p. 56 e ss.). O caráter ideal desse documento deve-se, em grande medida, ao fato de que na prática raramente os agentes que encomendam as traduções fornecem as informações específicas que deveriam constar do encargo.

Nord também revisita a noção de unidades de tradução sob o prisma funcionalista, estabelecendo como tais os elementos textuais cujos propósitos servem à mesma função ou subfunção comunicativa no interior do texto (*Ibid.*, p. 65). Essa concepção e a análise dessas unidades apresentam várias vantagens, dentre as quais: “A *intraduzibilidade* [...] deixa de ser o pesadelo do tradutor, pois uma figura retórica *supostamente intraduzível* pode ser vertida através de outro recurso que sirva ao mesmo propósito, e até mesmo a omissão de um elemento intraduzível ou contraproducente se justifica quando a função é preservada por outros meios.” (*Ibid.*, p. 65, grifos nossos). Aqui Nord parece estar fazendo menção a estratégias muito comuns entre tradutores experientes, conhecidas como compensação e adaptação, respectivamente.

Por fim, outra noção reformulada em termos funcionalistas é a de erros de tradução, sendo considerados assim *principalmente* quaisquer elementos que obstruam a realização do escopo do texto-fonte (*Ibid.*, p. 68). Para evitá-los, é essencial identificar a função comunicativa predominante: “Numa tradução em que a função referencial prevalece, a *informação* oferecida no texto-fonte teria prioridade sobre qualquer outra função ou subfunção.” (*Ibid.*, p. 71, grifo nosso).

Tendo concluído nossa síntese dos principais nomes e ideias da escola funcionalista, trataremos agora da tradução de textos técnico-científicos. As reflexões nesse campo, como veremos, foram fortemente influenciadas pelo quadro teórico funcionalista.

3.4 A tradução de textos técnico-científicos

Nas seções e subseções anteriores identificamos alguns problemas (as diferentes visões sobre a tradução de textos filosóficos e a indistinção entre tradições filosóficas nos estudos da tradução), resgatamos uma interpretação que nos parece correta (textos filosóficos \approx textos técnico-científicos) e discutimos ideias de um primeiro quadro teórico que a fundamenta (funcionalismo alemão). Todos esses movimentos foram feitos para explicitar os princípios que nos guiam e elaborar as premissas de nossa argumentação. Nosso objetivo último, no entanto, é que as nossas conclusões fundamentem e guiem a prática tradutória de textos filosóficos analíticos.

Portanto, agora, trataremos de tradução de textos técnico-científicos para finalmente apontarmos *como* os textos analíticos devem ser abordados e traduzidos. Nesse sentido, priorizaremos aspectos práticos da tradução de textos técnico-científicos, mas inevitavelmente tocaremos em questões conceituais (como veremos, é o que geralmente se faz ou se tenta fazer nesse ramo específico dos estudos da tradução). Obviamente, a distinção entre teoria e prática feita aqui não é rígida, mas apenas questão de ênfase.

Mais uma vez, a fim de iniciarmos uma nova seção, recorreremos à terceira edição da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (2020) como guia inicial. O verbete dedicado à tradução científica¹⁸ é de autoria de Maeve Olohan e, de um modo geral, parece fortemente influenciado pela virada cultural¹⁹ nos estudos da tradução. Logo de início, a autora dá indícios dessa perspectiva geral, ao apontar que a compreensão da ciência como prática e cultura mudou o foco de interesse dos pesquisadores, que antes viam a ciência como busca por verdades universais e agora se concentram no que fazem os cientistas e na enculturação relativa a suas práticas de conhecimento (2020, p. 510). Mais adiante, essa abordagem fica explícita quando ela observa que antes dos anos 2000: “Manuais produzidos durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 eram desenvolvidos e utilizados como guias práticos para a tradução científica e/ou técnica.” (*Ibid.*, p. 511). A autora não demora a criticar os pressupostos envolvidos nessas concepções instrumentais, como a desconsideração dos contextos culturais em que essas traduções circulam e as implicações dessa negligência:

O fracasso em reconhecer as funções sociais e retóricas do discurso científico pode conduzir a uma ênfase na *exatidão terminológica* e no *rigor descritivo*, e, além disso, à percepção de ambos os aspectos como culturalmente invariantes em certo grau. Essa conceituação da ciência, por seu turno, pode ser a causa da relativa falta de atenção sobre as práticas sociais e textuais de tradutores de ciência, se comparada à extensão e à profundidade das pesquisas no âmbito oposto, da tradução literária. A bagagem comum a pesquisadores da tradução, geralmente com estudos literários e linguísticos, também pode significar que eles estão menos preparados para lidar com disciplinas, ideias e práticas científicas. (*Ibid.*, *loc. cit.*, grifos nossos).

No que tange ao início da citação, nosso ponto de vista vai na direção oposta: acreditamos que é o sucesso em reconhecer as funções sociais e retóricas do discurso científico que conduz à ênfase no rigor descritivo e na precisão terminológica. Nesses trechos, a autora parece mais preocupada com o fato de um determinado nicho acadêmico não ter sido explorado do que em

¹⁸ Na obra em questão, não há um outro verbete dedicado à tradução técnica (distinção que às vezes é feita quando os termos são isolados). No entanto, conforme veremos, o texto parece sugerir que os dois tipos são tomados como sinônimos ou muito próximos. Essa percepção também se baseia no fato de que a mesma autora escreveu um volume inteiro intitulado *Scientific and Technical Translation* (2016).

¹⁹ Cf. BASSNETT, Susan. *The cultural turn*. In: _____. Translation. Londres e Nova York: Routledge, 2014. p. 30-32.

avaliar se as concepções criticadas são bem-sucedidas e aceitas na prática. A nosso ver, a despeito dos retrocessos civilizatórios mundo afora, o progresso técnico-científico (no qual a tradução teve e ainda tem um papel essencial) é um fato evidente e incontestado, e a investigação ideológica pode ser útil no sentido de impedir os primeiros, mas não deveria, para tanto, negar o segundo. É preciso separar as coisas. A razão levantada ao final, em contrapartida, parece fazer bem mais sentido como agente causador de um dos problemas (a alegada pouca atenção que as práticas dos tradutores técnico-científicos têm recebido²⁰) apontado no diagnóstico. O restante do verbete da autora, portanto, vai no sentido de apontar pesquisas que seguem as incipientes e promissoras tendências históricas e culturais nessa seara inexplorada (*Ibid.*, p. 512-514)²¹.

O nosso ponto de vista, conforme sugerido, é mais coincidente com a abordagem prática da tradução de textos técnico-científicos, anterior à virada cultural que foi mencionada há pouco, razão pela qual nos concentraremos em discutir as ideias e sugestões de manuais, guias práticos e obras afins²². É importante mais uma vez ressaltarmos, porém, que essas obras são informadas por teorias, como observa Léon: “Em termos de gêneros, as teorias funcionalistas foram aplicadas no contexto da tradução técnica [...]” (2020, p. 203). De fato, como veremos, ideias do quadro teórico funcionalista ficam bastante evidentes em certas abordagens da tradução técnico-científica, mesmo quando não são explicitamente mencionadas.

Outro ponto que talvez devamos ressaltar diz respeito à noção de cultura. Quando se fala da recente virada cultural nos estudos da tradução, pode-se ter a sensação de que antes dela essa era uma noção negligenciada. Já vimos que esse conceito tem papel crucial na corrente funcionalista, portanto a história não é bem essa. O que ocorre na realidade, parece, são duas abordagens distintas que partem de uma concepção similar. Uma delas, essencialmente teórica, preconiza que as práticas culturais devem ser observadas de modo a revelar ideologias e desconstruir e desnaturalizar certas ideias e concepções. A outra, mais prática, apregoa que as culturas devem ser compreendidas e levadas em conta para que nossas interações (comunicativas) sejam bem-sucedidas. Mais uma vez, os limites não são rígidos, mas talvez

²⁰ Byrne concorda quando diz que “[...] [u]m dos aspectos mais difíceis da teoria da tradução é o fato de que a tradução técnico-científica tem sido tradicionalmente negligenciada por estudiosos e nenhuma das principais teorias diz respeito especificamente a esse ramo.” (2012, p. 8)

²¹ É curioso que a outra obra da autora, que mencionamos em nota anterior, tenha mais afinidades com o tipo de manual da geração anterior, cujos pressupostos e concepções ela critica.

²² A despeito da tendência cultural em voga, essas obras não ficaram relegadas ao passado e ainda parecem gozar de atenção e demanda no séc. XXI, conforme as datas de algumas publicações sugerem.

não seja completamente equivocada afirmar que a escola funcionalista, grosso modo, é melhor descrita nos termos da segunda.

Outra obra de referência da qual fizemos uso é o primeiro volume do *Handbook of Translation Studies* (2010), organizado pelos professores Yves Gambier e Luc van Doorslaer. Essa obra, no que tange à tradução técnico-científica, parece refletir as tendências predominantes antes da virada cultural dos estudos da tradução. Nela, há dois verbetes, um dedicado à tradução científica, de autoria do professor Scott L. Montgomery, e outro sobre tradução técnica, de autoria de Klaus Schubert. Essa separação evidencia que se trata de práticas e discursos distintos, embora, como já dissemos, haja muitas zonas de interseção. Tanto é assim que, vejamos, no verbete dedicado à tradução científica temos passagens como essa: “Na China, o mais importante período de *tradução técnica* estendeu-se pelas dinastias Song, Yuan e Ming, atingindo vários apogeu entre os séculos XI e XVI.” (MONTGOMERY, 2010, p. 300, grifo nosso). Essa relação fica ainda mais explícita quando Schubert diz que “[a]lguns tipos de documentos compartilham características de especializações técnicas e alguns dos domínios vizinhos, tais como direito [...], publicidade, *ciência*, etc., de um lado, e de outro patentes, suplementos de contratos técnicos, apresentações de produtos a clientes e artigos acadêmicos.” (SCHUBERT, 2010, p. 351, grifo nosso). Essas referências cruzadas não são mero acaso, mas indícios das muitas semelhanças que as traduções científicas e técnicas compartilham. Essa questão nos interessa particularmente, posto que parte crucial do nosso argumento vai no sentido de defender uma analogia desse tipo e suas implicações. Portanto, da mesma forma que os achados sobre a tradução de textos científicos têm valor para a tradução técnica e vice-versa, uma vez aceita a analogia entre textos da filosofia analítica e textos técnico-científicos, teremos uma série de princípios para fundamentar e guiar uma abordagem segura e efetiva daqueles. Dito isso, privilegiaremos o uso do termo tradução técnico-científica, e mesmo quando um dos termos aparecer isolado aqui, o outro termo complementar estará implícito, exceto se e quando indicarmos o contrário²³.

Montgomery faz algumas observações interessantes sobre a necessidade de especialização crescente entre tradutores técnico-científicos, o recurso a materiais de apoio como dicionários especializados e ferramentas digitais e a especificidade que dita essas necessidades:

Tradutores de ciência *devem* usar dicionários especializados e *tendem a* atuar em número limitado de campos (e.g. em ramos da biologia, mas não da física), algo que

²³ Byrne diz que é importante distinguir esses dois tipos de tradução, mas admite que “[...] os traços distintivos de textos técnicos e científicos estão cada vez mais esmaecidos [...]” (2012, p. 2).

não era frequente nas décadas de 1970 e 1980. [...] [as] ferramentas [eletrônicas], porém, não reduziram significativamente, muito menos eliminaram, a necessidade da interpretação e da tomada de decisão humanas. *Exatidão* e *rigor*, necessidades cruciais na tradução científica, não podem ser alcançadas sem agentes humanos.

É a terminologia na ciência que dita a necessidade de exatidão. [...] Atualmente, a ciência depende fortemente de vocabulários técnicos altamente especializados e sempre em expansão, um desafio para todo tradutor. Falta de rigor na tradução de apenas alguns termos pode comprometer significativamente a utilidade de uma tradução. (MONTEGOMERY, 2010, p. 302, grifos nossos).

Essas considerações têm um duplo caráter, normativo e descritivo, sempre no intuito de postular o que se faz na prática e aperfeiçoá-la. Schubert, ao falar de documentação técnica, toca nesse ponto: “O conteúdo da documentação técnica é [...] predominantemente descritivo e instrutivo.” (2010, p. 351). Os textos sobre tradução técnico-científica são eles próprios textos técnicos (instrutivos) e científicos (teóricos e descritivos), o que explica essa natureza híbrida. Ademais, essa perspectiva parece bastante disseminada no período anterior à virada cultural e, como já foi observado, embora talvez menos predominante agora, ainda persiste. E, conforme também já dissemos, a ideia de cultura não está ausente nela, apenas recebe um tratamento e uma atenção diferentes, por assim dizer:

A tradução científica não é um ato puramente denotativo (se fosse, as máquinas poderiam tê-lo assumido há bastante tempo). [...] Como ocorre em toda tradução, existe um *grau* de interpretação na transferência da ciência de uma língua para outra. [...] [Isso determina] a escolha que todo tradutor deve fazer – entre ser leal à língua-fonte ou alvo, ou buscar um equilíbrio. A *decisão pela língua-alvo*, baseada na demanda pela *utilidade* do produto da tradução, é algo comum na ciência, mas de modo algum universal. (MONTEGOMERY, 2010, p. 303, grifos nossos).

Em certo sentido, a diferença entre essa abordagem e as posteriores é de grau, mas não de gênero. A cultura e a interpretação, por exemplo, recebem a devida atenção, mas são articuladas à noção de utilidade, ou seja, à função que a tradução terá na cultura-alvo. Essa passagem, com base em muito do que dissemos anteriormente, tem um viés fortemente funcionalista. Essa corrente é mencionada textualmente no texto de Schubert que, ao discutir o processo tradutório e as dimensões do ato comunicativo, deixa, portanto, mais explícitos esses pressupostos: “Outros conceitos, normalmente discutidos no contexto da atividade tradutória, como o *propósito* (ou *escopo* [...]) ou o *público-alvo* são *fatores externos* do processo. Eles podem exercer influência reguladora [...] e, portanto, acionar certos aspectos.” (SCHUBERT, 2010, p. 350-351). A ideia de fatores externos parece análoga à noção de fatores extratextuais do quadro funcionalista. Ainda dentro dessa perspectiva, Schubert vai dizer que “[...] o encargo da tradução geralmente inclui *um certo grau de adaptação*[...] *ao mercado-alvo*. Traduções técnicas são traduções invisíveis, o que significa dizer que as necessidades da situação-alvo se sobrepõem a quaisquer exigências de equivalência.” (*Ibid.*, p. 351). Essa concepção, que

privilegia as demandas da cultura-alvo, é consonante com as perspectivas iniciais do funcionalismo ou ao menos com as versões mais exacerbadas delas, que como vimos foram criticadas e (talvez por essa razão) aprimoradas quando Nord propôs também a noção de lealdade ao texto-fonte e o tradutor como agente de equilíbrio nesse quadro. Schubert parece mais atento a esse desdobramento e a essa necessidade quando observa que “[...] a tradução técnica é uma forma de *comunicação mediada* no sentido de que o tradutor lida com a *intenção comunicativa de alguém* que está expressa no documento-fonte.” (*Ibid.*, p. 353, grifos nossos). Não se pode, portanto, dizer que o funcionalismo e as práticas informadas por essa corrente desconsideram esse polo da comunicação. O mesmo autor também chama a atenção para os agentes que podem exercer influência reguladora ou controladora nas traduções técnicas, como a comunidade de especialistas, cujas normas relativas ao que seriam as boas práticas não são ignoradas, e enfatiza que muitas dessas influências têm como fim otimizar as práticas em questão (*Ibid.*, *loc. cit.*).

No prefácio de *Scientific and Technical Translation* (1993), mais uma obra de primeira geração, por assim dizer, os organizadores Sue Ellen Wright e Leland D. Wright, Jr. enfatizam que:

Primeiramente e sobretudo, os organizadores deste volume desejam que ele seja útil a tradutores profissionais, assim como a instrutores de cursos voltados para a prática da tradução. A lacuna entre profissionais e estudiosos só pode ser ultrapassada através de escritos cuidadosos e funcionais da parte dos tradutores, e por escritos claros e acessíveis da parte dos teóricos. (WRIGHT; WRIGHT, 1993, p. 6-7).

Logo de início, portanto, o caráter mais prático que teórico da compilação é ressaltado. O primeiro artigo dessa obra trata da questão do estilo, enfatizando três aspectos: clareza, concisão e correção; tais aspectos são comuns à escrita técnica e à tradução desses textos (HERMAN, 1993, p. 11). Nessa seara, a opção pela tradução estrangeirizante ou filológica é desbancada nos seguintes termos: “Nenhuma tradução que se sustente, nem mesmo a de documentos técnicos, pode ser literal no sentido palavra-por-palavra.” (*Ibid.*, p. 12). Aqui, mais uma vez, uma tradução que informa sobre as formas e estruturas do texto original não pode ser a regra, pois o principal é a transmissão do sentido:

A tradução de prosa técnica, embora não literal, deveria expressar o *significado exato* do texto original *tão diretamente quanto possível*. Ambiguidades propositais, construções inusitadas e harmonizações prosódicas que chamam a atenção para si mesmas estão no terreno da tradução literária.” (*Ibid.*, p. 13, grifos nossos).

Parte da produção sobre a tradução técnico-científica, tanto de um ponto de vista teórico quanto prático, estabelece explicitamente os limites entre os âmbitos discursivos

técnico-científicos e literários. É lógico que, como já mostramos anteriormente, esses limites às vezes são “desobedecidos”, mas essas ocorrências são exceções (indesejáveis se atrapalham o alcance das metas visadas), e não a regra. E se em algum momento recomenda-se a reprodução exata do significado, imediatamente toma-se o cuidado de reconhecer que isso deve ser buscado dentro dos limites possíveis. Na prática, essa meta de manutenção semântica, posto que a função aqui é invariante, muitas vezes implica transformações drásticas na superfície do texto, como já apontamos: “Se os traços sintáticos e lexicais das línguas fonte e alvo são diferentes, a clareza geralmente exige que as sentenças sejam completamente reformuladas na língua-alvo.” (*Ibid.*, p. 13). Nessa perspectiva, uma consequência algumas vezes não explicitada, mas autorizada por inferência parece ser a opção geral por traduções domesticadoras ou instrumentais, em detrimento das estrangeirizantes²⁴. A concisão também é resultado da meta principal, o que pode ser constatado na seguinte recomendação: “[...] palavras que não contribuem para o significado ou a clareza podem ser eliminadas uma vez que a sentença da língua-fonte tenha sido reformulada na ordem mais adequada na língua-alvo.” (*Ibid.*, p. 17). Hierarquicamente, de acordo com essa observação, ela parece ser menos relevante que a clareza. A terceira questão estilística discutida por Herman é a da correção, que tem dois sentidos: 1) exatidão na recriação das ideias e termos técnicos do original, o que pode significar correção de erros tipográficos e gramaticais no texto-alvo; 2) correção de erros conceituais identificados no original, como contradições, inconsistências, etc. (*Ibid.*, p. 18). Por fim, algumas observações que expressam um consenso de caráter mais geral (nos estudos da tradução) e uma preocupação mais específica (da tradução técnico-científica):

[...] [a] tradução técnica requer mais que escrever palavras equivalentes disponíveis em dicionários. Assim como ocorre nas traduções em geral, o conhecimento da língua-fonte é importante, mas o domínio da língua-alvo é crucial. [...] Mas o conhecimento da língua-fonte e a habilidade escrita na língua-alvo ainda são insuficientes. Um tradutor técnico também deve conhecer o assunto do documento técnico. Somente assim uma tradução clara, concisa e correta será possível. (*Ibid.*, p. 19).

²⁴ Wright, embora também não o faça de maneira nominal, é bem mais explícita nesse ponto e em outros: “Documentos devem falar ‘a língua’ do público-alvo e deveriam ser parecidos com outros documentos produzidos naquela comunidade linguística e área do conhecimento específicas. Ademais, textos-alvo jamais deveriam ofender as sensibilidades éticas, de gênero ou culturais mais gerais. Em alguns casos, diferenças no uso entre tipos textuais na língua/sociedade₁ e a língua/sociedade₂ requerem revisões drásticas de documentos aparentemente objetivos e factuais. Essas considerações frequentemente exigem que o tradutor vá além das estratégias *meramente corretas*, em termos de conteúdo lexical e gramatical, de modo a alcançar soluções estilísticas adequadas. [...] transformações lexicais, sintáticas e até mesmo estruturais significativas no nível macrotextual são necessárias para garantir que o público-alvo irá tanto entender quanto se dispor favoravelmente em relação ao texto traduzido.” (1993, p. 70). Essa perspectiva é evidente e fortemente cultural no sentido funcionalista.

A preocupação específica expressa acima, isto é, se para a tradução técnico-científica é mais importante o domínio linguístico ou o domínio técnico, tem sido alvo de pesquisas empíricas²⁵. A nosso ver, e de maneira um tanto simplista (mas que não fere nossos propósitos), esforços no sentido de atingir um equilíbrio ideal aqui talvez seja a melhor recomendação.

No que se refere à tipologia textual, uma das propostas neste âmbito é a de Gommlich, que divide os textos em dois grandes grupos: transfactuais e transcomportamentais²⁶. O primeiro agrupa textos que visam incrementar o conhecimento dos leitores; o segundo, diz respeito a textos que têm como objetivo influenciar o comportamento do público-alvo (1993, p. 177-178). A novidade aqui é que a última categoria abrange, por exemplo, textos literários e alguns textos de caráter mais instrumental ou técnicos (manuais). Em comum com a visão funcionalista, essa classificação baseia-se na função principal dos textos (*Ibid.*, p. 180-181), reconhece o fato de que os limites não são rígidos, com muitas zonas de interseção (*Ibid.*, p. 178-179), e visa ser útil a tradutores profissionais, acelerando e aperfeiçoando a produção de textos-alvo (*Ibid.*, p. 180).

Já dissemos anteriormente em nota que Byrne, apesar de admitir muitas semelhanças, considera importante que se tenha em mente também as diferenças entre textos técnicos e científicos:

[...] ao passo que os textos possam ser diferentes e a informação neles expressa ter formas distintas, os fundamentos sobre os quais se constroem são basicamente os mesmos. Contudo, a forma na qual essa informação é apresentada e utilizada varia significativamente entre textos científicos e técnicos. Portanto, enquanto um **texto técnico** é desenvolvido para *transmitir* informação tão clara e efetivamente quanto possível, um **texto científico** irá *discutir, analisar e sintetizar* informação visando *explicar* ideias, *propor* novas teorias e *avaliar* métodos. Devido a esses diferentes objetivos, a linguagem usada em cada tipo de texto, e conseqüentemente as estratégias necessárias à sua tradução, poderão variar significativamente. (2012, p. 2).

As bases são as mesmas, mas os propósitos diferem e isso se reflete na superfície linguística dos textos. Os textos técnicos têm uma função comunicativa objetiva que, em última instância, visa guiar certas práticas. Os textos científicos, por seu turno, têm uma função mais complexa que envolve o convencimento, mas cujo propósito maior é o avanço cognitivo. Na prática, isso significa que os textos técnicos geralmente são, do ponto de vista da linguagem, mais claros ou fortemente denotativos, ao passo que os textos científicos podem muitas vezes fazer uso de expedientes comumente associados a usos mais criativos da linguagem (*Ibid.*, p. 48-49).

²⁵ Niedzielski e Chernovaty (1993, p. 125) observam que “[...] vários teóricos e formadores da área tradutória tentaram resolver o problema da prioridade linguística ou técnica através da combinação do ensino de ambos os conjuntos de habilidades no início de cursos de língua para fins instrumentais.” O próprio texto desses autores é uma espécie de síntese de várias pesquisas empíricas que investigam essa questão.

²⁶ Há também subdivisões desses grandes grupos, mas especificá-la foge ao nosso escopo.

Byrne, apesar da queixa contra as teorias da tradução expressa mais acima também em nota, utiliza-se da combinação de duas delas para embasar sua discussão sobre tradução técnico-científica: a teoria linguística da equivalência e o funcionalismo alemão²⁷. No que se refere à primeira, ele nos diz que apesar da manifesta dificuldade em considerar os aspectos extratextuais, ela ainda possui vantagens e “[...] se desfazer da equivalência somente porque ela soa antiquada, excessivamente focada no texto-fonte e alienada do mundo no qual a tradução ocorre é como dizer que caminhar não é tão útil quanto correr e deveria ser banido.” (BYRNE, 2012, p. 11). Também nesse contexto, o funcionalismo aparece justamente como a teoria que vai além das limitações da teoria da equivalência: “[...] foi a primeira teoria a reconhecer completamente a realidade profissional da tradução [...]” (*Ibid.*, *loc. cit.*). Em alguns momentos, Byrne critica o que chama de vagueza da teoria funcionalista (a ênfase na função do texto-alvo e a noção de encargo de tradução [*translation brief*]), que na prática pouco diz como proceder em relação a tais ideias (*Ibid.*, p. 12-13). Porém o próprio autor reconhece que talvez esteja exigindo do funcionalismo mais do que deveria, pois sendo uma teoria geral da tradução, não se pode esperar dela diretrizes específicas sobre como alcançar ou implementar determinadas funções (*Ibid.*, p. 14). De fato, no que tange ao encargo da tradução, como já tentamos demonstrar, trata-se de uma especificação reconhecidamente *ideal* do propósito que a tradução terá na cultura-alvo (NORD, 2018, p. 134). O curioso é que Byrne vai se utilizar dessa concepção e propor um modelo de encargo no âmbito da tradução técnico-científica, algo que nos parece fazer jus às propostas funcionalistas: aceita a teoria, cabe ao tradutor fazer as devidas adaptações ao aplicá-la em seu respectivo contexto de atuação.

Também em consonância com o funcionalismo, Byrne ressaltará a importância da consideração das culturas em que os textos circulam como forma de melhor entender os públicos-alvo e determinar a função da tradução:

Como tradutores, precisamos saber quem é o público-alvo do texto-fonte e do texto-alvo, e então decidir se são compatíveis. Se não forem, precisamos encontrar uma maneira de reduzir os obstáculos comunicativos de modo a garantir que o texto-alvo cumpra sua função. Se você compreende o público-alvo, segue-se que você entende sua língua, sua cultura, suas expectativas, seu conhecimento, etc. (*Ibid.*, p. 34-35).

²⁷ Byrne faz uma distinção crítica entre teoria do escopo e funcionalismo (2012, p. 13) que, a nosso ver, além de infundada, seria desautorizada pela maioria dos seus representantes.

A noção de cultura, por sua vez, é definida pelo autor da seguinte maneira:

Há muitas definições de cultura, mas elas geralmente têm em comum a ideia de um conjunto compartilhado de atitudes, valores, objetivos, crenças e práticas que são característicos de um grupo particular de pessoas e que evolui com o passar do tempo. (*Ibid.*, p. 34).

Dito isso, ele chama a atenção para o fato de que não se deve confundir cultura com nacionalidade ou língua, por exemplo, pois trata-se de um conceito que transcende esses limites e pode se referir, simplesmente, a um grupo que partilha um determinado interesse (*Ibid.*, p. 38-39).

Apesar das diferenças que, como vimos, Byrne aponta entre textos técnicos e científicos, ele também chama a atenção para outros aspectos mais formais que esses tipos de texto costumam compartilhar. Alguns deles seriam:

Depois apenas da terminologia em sua capacidade de fazer textos técnico-científicos parecerem incrivelmente intimidantes e complexos ao tradutor neófito, vem o uso de fórmulas, equações e notação científica. Esses são componentes fundamentais da comunicação técnico-científica e têm uma série de funções nesses textos, sendo a mais importante delas possibilitar a expressão clara e concisa de conceitos e ideias abstratas. (*Ibid.*, p. 56)

Sabemos que outro aspecto de relevo no sentido de abordar um texto da forma mais adequada é a análise dos gêneros e tipos textuais. Byrne não deixa de dar a sua contribuição nesse sentido, mas ele se baseia num quadro teórico específico, distinto dos sugeridos pelos teóricos do funcionalismo (e também daquele proposto por Gommlich, já no campo da tradução técnico-científica e mencionado mais acima). As categorias de Byrne seriam quatro e todas elas, obviamente, são baseadas na função textual: jurídico-normativa (função reguladora), atualização direcionada ao progresso (função cognitiva), didático-instrutiva (funções instrutivas, educativas e recreativas) e compilação (função sintetizadora) (GÖPFERICH *apud* BYRNE, 2012, p. 72). A ausência de consenso na adoção dessas classificações e tipologias parece-nos um tanto problemática, mas em parte justificada pelos fatos, aos quais já aludimos, de que textos e gêneros muitas vezes podem ser descritos como híbridos (*Ibid.*, p. 70) e, principalmente muitos dos segundos, têm uma natureza arbitrária (afinal, resultam de padrões convencionais) e culturalmente específica (*Ibid.*, p. 71). O mais importante, parece-nos, é que, desde que tenha boas razões para a escolha de uma dada tipologia que guiará sua análise, o tradutor deverá fazer um uso consistente dela.

Por fim, Byrne se debruça sobre diversas técnicas tradutórias. As categorias mais relevantes dentro desse contexto são, a nosso ver, as de tradução direta e tradução oblíqua (DARBELNET; VINAY *apud* BYRNE, 2012, p. 118). Como o próprio Byrne admite mais

adiante, algumas das outras categorias discutidas são bastante similares (2012, p. 128-129) e, acreditamos, em sua maioria, podem ser reduzidas às primeiras. Dito isso, a tradução direta se divide em: tradução literal (tradução que reproduz forma e conteúdo tão aproximadamente quanto possível), empréstimo (transferência de itens lexicais de uma língua a outra sem modificá-los) e calque (transferência de componentes lexicais que geralmente resulta em neologismos) (*Ibid.*, p. 119-120). Já as traduções oblíquas se subdividem em: equivalente (envolve achar o termo correspondente a uma palavra ou expressão em outra língua), transposição/recategorização (refere-se ao processo de expressar o mesmo significado usando diferentes categorias gramaticais), modulação (envolve a mudança de perspectiva) e adaptação (envolve substituição cultural, paráfrase ou omissão) (*Ibid.*, p. 120-123). Byrne é cauteloso o suficiente para não recomendar nenhuma estratégia ou grupo delas em particular, e reitera que para essa tomada de decisão é necessário saber a função que a tradução deverá cumprir. Aqui, mais uma vez ele recorre a algumas categorias funcionais, dentre as quais: tradução seletiva (apenas trechos do texto serão traduzidos), tradução tópica (resumo dos pontos principais do texto), informativa (todas as informações são traduzidas, mas sem preocupações com questões de textualidade), para fins de publicação (tradução de alta qualidade do ponto de vista textual), tradução instrumental (funcionará como um texto novo e, portanto, não deve soar como uma tradução) e tradução documental (informa sobre *o que* foi dito e *como* foi dito no texto-fonte) (*Ibid.*, p. 132-136) – as duas últimas são de Nord (2018), conforme demonstramos anteriormente. No intuito de melhor analisar e definir o tipo de tradução que se fará, ele sugere, conforme dissemos, a utilização de um modelo de encargo de tradução (*Ibid.*, p. 137-138), mais uma vez, portanto, recorrendo a ideias do quadro teórico funcionalista. Nesse modelo, ele sugere a especificação de informações tais como: data de entrega, língua-fonte, língua-alvo & variedade, assunto(s), tipo de texto, função ou funções do texto-alvo, público-alvo, etc. (*Ibid.*, p. 139).

Finalizado esse capítulo, esperamos ter indicado quais as principais noções teóricas e práticas que guiarão a nossa análise. No próximo capítulo, tentaremos caracterizar a filosofia analítica enquanto *prática cultural* de modo a indicar quais seriam as *funções* que os textos pertencentes a essa tradição geralmente tentam cumprir e quais as *expectativas* que as *traduções* desses textos geram em seus praticantes, em particular, e também em todos os demais interessados neles.

4 A FILOSOFIA ANALÍTICA

Neste capítulo nos dedicaremos à filosofia analítica, cuja tradução é o objeto principal de nosso estudo. Defini-la, porém, se é que é possível, não é o nosso principal objetivo. Nossa meta agora é principalmente caracterizá-la enquanto prática cultural, uma vez que, conforme tentamos demonstrar ao discutir a perspectiva funcionalista, o modo como se traduz um texto é ditado pelas culturas nas quais esses textos circulam. Dividiremos o presente capítulo em duas partes, cada qual representando distintos enfoques (que, no entanto, se tangenciam): a filosofia analítica vista de fora (em perspectiva mais holística, em constante contraste com uma das tradições às quais se opõe) e a filosofia analítica vista de dentro (nas palavras de seus próprios praticantes e filiados e de alguns estudiosos que a discutiram sem dedicar a mesma atenção à filosofia continental).

4.1 Analíticos x continentais

Nesta subseção trataremos da filosofia analítica contrastando-a com uma das tradições²⁸ filosóficas à qual ela se opõe: a filosofia continental. Não se trata exatamente de um preâmbulo, mas de um passo necessário, posto que a identidade da filosofia analítica se define, em grande medida, em relação à filosofia continental, ainda que de maneira negativa:

Apesar de mais de quarenta anos de tentativas de diálogo e síntese, a ruptura [entre filosofia analítica e continental] ainda é bastante palpável, tanto filosófica quanto sociologicamente. Portanto, qualquer relato sobre a filosofia analítica também deveria contrastá-la com as outras principais correntes, e não apenas no momento em que surgiram. (GLOCK, 2008, p. 2)

De um ponto de vista histórico, Critchley (2001) nos diz que a “[f]ilosofia continental é o nome dado ao período de 200 anos da história da filosofia que se inicia com a publicação da filosofia crítica de Kant na década de 1780.” (p. 13). Na verdade, Kant seria o ponto após o qual a filosofia se bifurcaria (*Ibid.*, p. 16)²⁹. Critchley prossegue rastreando as

²⁸ Glock faz uma distinção entre escola, movimento e tradição (2008, p. 220-221). Nós, porém, utilizaremos tais termos como sinônimos.

²⁹ Glock (2008, p. 85) defende um ponto de vista similar ao dizer que a filosofia analítica se opõe inicialmente à filosofia tradicional, que iria dos pré-socráticos a Kant. De certa maneira, a continental também opera um movimento parecido, se considerarmos, por exemplo, o projeto de destruição da metafísica de Heidegger. O que vai distinguir analíticos e continentais são os diferentes modos de reagir e lidar com o legado da filosofia tradicional que os antecede, principalmente em termos de princípios e métodos. Glock ainda distingue uma quarta tendência, a filosofia tradicionalista, que efetua o estudo erudito (histórico) da filosofia tradicional (*Ibid.*, p. 86) – referindo-se ao que alguns chamam, às vezes maldosamente, de comentadores. Para os nossos propósitos, no

origens das tradições continental e analítica a partir da filosofia da lógica e da linguagem de Frege e da fenomenologia de Husserl, respectivamente (*Ibid.*, p. 13-14). Domingues, por outro lado, aponta origens distintas: Russell como o pai da filosofia analítica (2017, p. 36) e um recuo consideravelmente maior no que se refere à continental, ao dizer que ela “[...] tem seus ascendentes mais remotos na filosofia grega e latina.” (*Ibid.*, p. 20), além de salientar que ambas as tradições “[...] até o fim do século XIX e o início do século XX frequentavam-se e mantinham algum contato, mas que depois se distanciaram e se perderam de vista.” (*Ibid.*, p. 10).

Se de um ponto de vista histórico mais superficial é discutivelmente mais simples estabelecer distinções entre a filosofia continental e a analítica, do ponto de vista conceitual a questão é bem mais problemática. De maneira um tanto simplista, às vezes sugere-se que a oposição filosofia analítica vs. continental equivaleria às oposições conhecimento vs. sabedoria ou verdade vs. significado (CRITCHLEY, 2001, p. 42); Domingues prefere ver as distinções entre as duas tradições como diferenças de método: “método lógico associando análise de conceitos e experimentos mentais na tradição anglo-americana; método histórico aliando formulação de problemas e história da filosofia na tradição continental.” (2017, p.13)³⁰; uma exacerbação maniqueísta dessa perspectiva dirá que a primeira lida com problemas e a segunda com nomes próprios (Rorty *apud* Critchley, 2001, p. 55). Existiria até um certo antagonismo entre analíticos e continentais, já que estes não fariam filosofia, mas, segundo aqueles, apenas comentários (CRITCHLEY, 2001, p. 56)³¹. Critchley aponta que a denominação ‘continental’

entanto, dadas as consideráveis afinidades e semelhanças entre filosofia tradicional, filosofia continental e filosofia tradicionalista, não faremos distinções rígidas entre essas correntes.

³⁰ Domingues estabelece uma distinção entre filosofia anglo-americana e filosofia analítica, decisão que nos parece bastante idiossincrática, pois nos demais autores aqui citados, quando o primeiro termo ou termos similares (filosofia anglo-saxônica) são utilizados, o sentido é claramente equivalente ao do termo filosofia analítica, razão pela qual adotamos a mesma equivalência. Glock é o único que rechaça as sugestões e o uso do termo ‘anglo-americana’: “[...] a filosofia analítica é também em grande medida uma invenção de falantes do alemão. É evidente que sua emergência deve muito a Russell, Moore e ao pragmatismo americano. Mas ela também deve muito a Frege, Wittgenstein e ao positivismo lógico. Ninguém pensaria em filosofia analítica como um fenômeno especificamente anglófono se os nazistas não tivessem forçado muitos de seus pioneiros a deixar a Europa Central.” (2008, p. 66). Ele também atribui parcialmente ao nazismo a supremacia do inglês e o declínio do alemão como línguas acadêmicas (*Ibid.*, p. 67)

³¹ Uma nota pessoal que pode ser interessante: quando cursei filosofia, eu mesmo me engajei mentalmente nessas disputas que existiam entre alguns professores que se identificavam com uma ou outra tradição. Embora eu desconhecesse as duas tradições antes de estudar filosofia na universidade (quando cursava Letras, por exemplo, eu via a filosofia, à distância, como um todo unificado e homogêneo), ao conhecer a tradição analítica acabei tomando o seu partido – embora simpatizasse bastante com a tradição oposta. À época, essas disputas me pareciam bem mais legítimas do que hoje; vistas em perspectiva, parecem em certa medida uma espécie de mimetização cultural e periférica das intrigas de departamento que ocorrem em universidades estrangeiras tradicionais e renomadas. Critchley dedica todo um capítulo a um episódio emblemático dessa disputa, que se deu entre Heidegger e Carnap (2001, p. 90-110); Domingues menciona de passagem o mal-estar entre Gilbert Ryle e Merleau-Ponty durante participação daquele em evento acadêmico na França (2017, p. 24), assim como a disputa de John Searle com Derrida em torno da filosofia de Austin (*Ibid.*, p. 37). Glock trata desses casos como exemplos do que chama de guerras culturais e acrescenta à lista: a pegadinha de Sokal, o ataque de Bar-Hillel a Habermas e os protestos contra a concessão de título honorífico a Derrida em Cambridge (2008, p. 232-233 e ss.).

é uma criação dos filósofos analíticos (a maioria dos quais situados geograficamente e culturalmente no mundo anglo-saxônico) e que os filósofos rotulados como tais questionariam a legitimidade dessa categorização (*Ibid.*, p. 32). Ainda nessa perspectiva, os analíticos estariam associados a um método tipicamente claro e rigoroso de argumentação, ao passo que os continentais ficariam restritos à caracterização geográfica, sem preocupações metodológicas claras (*Ibid.*, p. 33). Critchley e Domingues concordam em alguns pontos, sendo um deles o fato de que o apego excessivo a métodos e objetos dos partidários de ambas as escolas são perigosos e conduzem a erros: o primeiro fala de *cientificismo* do lado analítico e de *obscurantismo* do lado continental (*Ibid.*, p. 111-122), ao passo que o segundo fala de logicismo e historicismo, respectivamente (DOMINGUES, 2017, p. 51). Critchley também critica o que ele chama de entrincheiramento profissional dos filósofos de um lado ou outro dessas tradições, pois essa divisão impede um diálogo que seria, segundo ele, intelectualmente instigante e profícuo (2001, p. 34). Domingues propõe um terceiro caminho em que os métodos das duas tradições não seriam irreconciliáveis, mas complementares (2017, p. 153), além de apontar movimentos nesse sentido nas últimas décadas do século XX (*Ibid.*, p. 38).

De toda essa discussão sintetizada até agora, frise-se o modo simples como esses autores muitas vezes tratam dessas distinções, que seriam meras consequências do alto grau de especialização acadêmica e profissional que a filosofia atingiu (CRITCHLEY, 2001, p. 38) e até mesmo de ‘preferências’ (DOMINGUES, 2017, p. 39) de método ou estilísticas para atingir os mesmos fins:

[...] nenhum filósofo analítico trocaria a proposição pela metáfora, nem o pensamento conceitual pelo pensamento por imagens, ou a linguagem verbal articulada pela semiose dos símbolos – e menos ainda dar-lhes-ia uma função seminal estruturante. Já um continental e mais ainda um francês, sim. (*Ibid.*, p. 124).

Do ponto de vista de muitos filósofos, portanto, as diferenças essenciais entre ambas as tradições podem ser de método, objeto ou propósitos, mas de fora, por assim dizer, pode-se vê-las como duas *culturas filosóficas* opostas cujos entendimento e progresso serão facilitados se vistas dessa forma (CRITCHLEY, 2001, p. 48-51). Ao tentar caracterizar as diferenças entre as escolas, Critchley enfatiza a questão cultural (e sua inevitável arbitrariedade) da seguinte maneira:

Talvez a maneira mais fácil e concisa de caracterizar a distinção entre filosofia analítica e continental seja em termos do que cada uma vê como a forma de sua tradição e quais filósofos a constituem. Ou seja, o que mais importa aqui é a tradição da qual o filósofo *sente* que é parte, saber quem conta (e, talvez de modo mais crucial,

saber quem não conta – às vezes sem saber o porquê) como um ancestral ou autoridade. (*Ibid.*, p. 60)³²

Ele também fala da suposta ingenuidade da parte analítica, que durante algum tempo parecia não se dar conta de sua própria historicidade (CRITCHLEY, *loc. cit.*). O mesmo autor observa (*Ibid.*, p. 123) que a atitude dos analíticos diante de tal situação tem mudado, o que será corroborado mais adiante. Por fim, Domingues fala que “[...] a filosofia analítica nos dias atuais está estilhaçada.” (2017, p. 18), embora expresse receio quanto ao domínio desta tradição no futuro, o que seria facilitado pelo *status* de língua franca da filosofia que o inglês vem adquirindo (*Ibid.*, p. 26).

4.2 A filosofia analítica em si mesma

A fim de melhor organizarmos essa seção, iremos dividi-la em subseções menores, cada uma com enfoque em tópicos distintos que, porém, se articulam e, em conjunto, formam uma espécie de trama característica. A ideia é, ao final, fornecer uma visão geral do tecido cultural analítico através dos fios distintivos selecionados³³.

4.2.1 Definição, funções & método

Searle afirma que o modo mais sucinto de caracterizar a filosofia analítica é dizer que ela tem como objetivo principal a análise do significado (2013, p. 2). Marcondes (2004, p. 7) nos diz que a filosofia analítica pode ser entendida como a corrente filosófica contemporânea caracterizada pelo modo de filosofar que se utiliza do método analítico. Essa definição um tanto tautológica carece de maior desenvolvimento, que o autor em questão nos dá quase em seguida:

A filosofia analítica contemporânea, na medida em que define sua tarefa como a análise dos conceitos, visando desse modo elucidar os problemas filosóficos, tem demonstrado muito pouco interesse pela formação histórica da tradição filosófica. A

³² Veremos que dois filósofos analíticos que serão mencionados mais adiante concordam com essa maneira de identificar a tradição a qual pertencem, mas associando esse senso de pertencimento a uma comunidade a uma outra ideia.

³³ Tentamos observar em nossa seleção de tópicos as recomendações implícitas de Glock quando ele nos diz que: “Algumas caracterizações da filosofia analítica são claramente feitas no intuito de defini-la de algum modo, no sentido de que *ipso facto* os eleitos se qualificam e os excluídos não se qualificam como filósofos analíticos [...]. Outras são formuladas de maneira ousada e desqualificada – ‘Filosofia analítica é...’, ‘Filósofos analíticos são...’, ‘Um filósofo analítico nunca...’. No entanto, elas podem ser consideradas como generalizações não-analíticas que não se aplicam *necessariamente* a todos e somente a filósofos analíticos. Em outras palavras, elas especificam traços característicos da filosofia analítica que não têm de ser traços essenciais ou constitutivos. Por fim, há caracterizações que são explicitamente qualificadas em escopo, e são expressas assim ‘Em grande medida, a filosofia analítica é...’, ‘A maioria dos filósofos analíticos são...’, etc.” (2008, p. 11)

análise do conceito como parte da tentativa de solução de um problema filosófico não depende de uma compreensão da história do conceito, de suas origens e evolução, mas sim, na concepção tipicamente analítica, apenas da determinação da definição desse conceito da forma mais clara e precisa possível. (*Ibid.*, p. 9).

O pouco interesse pela história mencionado não significa completa ignorância ou total negligência, mas apenas que o estudo histórico das doutrinas tradicionais não é visto como essencial para os principais *propósitos* analíticos: esclarecer certas questões e/ou resolver alguns problemas.

Beaney nos adverte contra uma interpretação simplista do que seria a análise envolvida nesse modo de filosofar ao dizer que não se trata de “[...] análise [...] no sentido rudimentar de simplesmente ‘decompor’ algo já dado, mas no sentido de identificar todas as possibilidades relevantes – processo que requer imaginação. Análise é algo bem mais criativo do que se costuma pensar.” (2017, p. 8). Tendo-se isso em mente, o autor nos fala de três dimensões de análise que os analíticos efetuam: interpretativa, decomponente e regressiva. (*Ibid.*, p. 46). A primeira tenta esclarecer certas ideias e conceitos julgando-os em termos de outras ideias e conceitos; a segunda revela os elementos constituintes em jogo, tais como os conceitos centrais, ou a forma lógica de questões problemáticas; a terceira busca reduzir os problemas a princípios lógicos no intuito de resolvê-los (*Ibid.*, p. 45-46).

Glock chama a atenção para o fato de que o método analítico não é uno e que a ideia de análise nesse contexto pode significar procedimentos não apenas distintos, mas incompatíveis (2008, p. 153-154). Colocada essa dificuldade essencial, ele sugere que “[...] a tradição analítica se agrupa tanto por laços de influência mútua quanto por semelhanças de família.” (*Ibid.*, p. 205). Beaney vai na mesma linha e sugere que a melhor forma de definir ou caracterizar a filosofia analítica seria utilizar-se da noção wittgensteiniana de semelhanças de família³⁴, articulando-a a uma história (em sentido mais doxográfico que histórico propriamente dito) que detalhasse o desenvolvimento filosófico da tradição, pois dessa forma “[a]lguém será identificado como filósofo analítico na medida em que tiver contribuído ativamente e conscientemente para esses contínuos debates.” (*Ibid.*, p. 92-93); e prossegue dizendo que a “[...] filosofia analítica é acima de tudo uma *forma* de filosofar, que ilustra certas virtudes e utiliza novos métodos advindos do desenvolvimento da lógica moderna.” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Em síntese, uma das propostas mais interessantes de definição da tradição propõe o reconhecimento de figuras paradigmáticas como um dos critérios fundamentais nesse intuito,

³⁴ Essa noção apregoa que certos conceitos ou ideias não podem ser definidos em termos de uma característica essencial e definidora, mas distinguidos por uma série de traços característicos compartilhados assistematicamente, como as várias semelhanças fisionômicas observadas nos diversos membros de uma mesma família. Ela surge na segunda fase da filosofia de Wittgenstein, sobre a qual nos debruçaremos mais adiante.

articulando-o a algumas características relevantes (método, tópicos, etc.). É a algumas dessas figuras que nos dedicaremos na próxima subseção.

4.2.2 A aurora da filosofia analítica

No que se refere à questão da paternidade, Marcondes aponta um desenvolvimento paralelo na Inglaterra, com Moore e Russell, e na Alemanha, com Frege e Mach em fins do século XIX e início do século XX (2004, p. 11). Searle cita Frege, Wittgenstein, Russell e Moore, além de fazer uma menção aos positivistas do Círculo de Viena (2013, p. 2). Beaney, além de citar basicamente os mesmos pais dos outros dois autores (ele exclui os positivistas lógicos), fala também de uma mãe: a filósofa Susan Stebbing (2017, p. 4)³⁵. Essa nova concepção de filosofia surge como reação às tradições até então dominantes, que segundo os analíticos seriam problemáticas porque, do ponto de vista do rigor conceitual, eram frágeis e equivocadas (MARCONDES, 2004, p. 12-13)³⁶. Glock resume a questão do surgimento da seguinte maneira:

A filosofia analítica emergiu gradualmente quando a revolução fregeana da lógica formal se associou aos debates sobre a natureza das proposições advindos da rebelião de Moore e Russell contra o idealismo e à virada linguística do *Tractatus* [de Wittgenstein]. (2008, p. 205).

Apesar de certos dissensos em relação a alguns nomes, quatro deles parecem perfeitamente consensuais: Frege (1848-1925), Russell (1872-1970), Moore (1873-1958) e Wittgenstein (1889-1951). Esboçaremos agora, em linhas gerais, as contribuições de cada deles ao surgimento e à consolidação da tradição analítica.

Inspirando-se em Platão, Leibniz e Kant (e também opondo-se a certos aspectos da filosofia do último), Frege reformulou a lógica tradicional ao produzir um sistema que a

³⁵ O autor explica a inclusão desse nome que, no meio analítico, predominantemente masculino, pode soar peculiar ou concessiva, da seguinte forma: “Se eu tivesse que explicar como a filosofia se popularizou na comunidade intelectual mais ampla (em outras palavras, fora do âmbito acadêmico filosófico), eu falaria da influência de livros como *Thinking to Some Purpose* de Stebbing. A obra faz uma defesa exemplarmente vigorosa da clareza de pensamento, que é uma das virtudes cardeais da filosofia analítica.” (BEANEY, 2017, p. 86). A escolha, embora interessante e justificada, soa peculiar, pois a autora em questão não é mencionada por nenhum outro autor aqui citado. Schwartz (2017, p. 6-7), em sua lista canônica dos ‘principais filósofos analíticos’, inclui três mulheres (Elizabeth Anscombe, Philippa Foot e Ruth Barcan Marcus) no total de quarenta e nove nomes. Nesse aspecto, portanto, a tradição analítica é, infeliz e completamente, diga-se, semelhante às tradições às quais se opõe.

³⁶ Pinto questiona o caráter singular e radical do movimento ao afirmar que “[...] a guinada linguística e a desconstrução da metafísica por meio do método analítico estão perfeitamente ligadas ao movimento geral observado na filosofia contemporânea.” (2002, p. 135); Beaney, porém, discorda: “[...] a filosofia analítica transformou a filosofia ao utilizar as ferramentas poderosas da lógica formal e da teoria do significado” (2017, p. 97). Ou seja, ambas as correntes se opuseram à tradição, mas as reações foram tão singulares que a oposição compartilhada tornou-se insignificante.

expressava em linguagem matemática, através de quantificadores e do uso de variáveis que traduziam a linguagem verbal em fórmulas (MARCONDES, 2004, p. 18; JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 116). A formalização tem a vantagem do rigor e da precisão, nem sempre presentes na linguagem natural. Em sua *Conceitografia*, Frege desenvolveu o cálculo de predicados e o cálculo proposicional, que são tidos como os avanços mais significativos da lógica desde a teoria dos silogismos aristotélica. O propósito dele era fundamentar a matemática através da lógica (logicismo), mas suas ideias e contribuições originais sobre a questão do significado acabaram por repercutir profundamente nas teorias semânticas e na filosofia da linguagem. A abordagem fregeana do pensamento, da linguagem e do significado é objetiva, opondo-se às concepções subjetivistas e psicologistas dominantes até então:

Temos agora como princípio da investigação filosófica a análise conceitual de definições, isto é, a análise do significado e não de processos mentais, subjetivos. A questão da justificação, da fundamentação da ciência, só pode ser resolvida após termos clareza sobre as expressões (conceitos) que investigamos. A análise do significado, por sua vez, depende de um modelo de como a linguagem é construída e funciona – da caracterização de sua estrutura, portanto. É dessa forma que passamos a ter aqui uma primazia da investigação lógica da linguagem, na linha do projeto de Leibniz. Isso influenciará uma determinada concepção da importância de uma linguagem lógica, científica, que encontramos no Círculo de Viena, sobretudo em Rudolf Carnap. (MARCONDES, 2004, p. 21).

Embora não o mencione textualmente, essa descrição trata do projeto de Frege e de sua repercussão, mas também diz muito sobre a concepção analítica em geral em pontos cruciais: objetivos, métodos, relação com a ciência, etc.

No sentido de investigar a relação entre linguagem e realidade, Frege propõe uma diferença entre sentido e referência, sendo a primeira a forma conceitual e objetiva relacionada à ideia (percepção subjetiva) da segunda, que seria o objeto propriamente dito: “Uma sentença expressa um ‘pensamento’ (conteúdo proposicional) que é *o que se mantém na tradução*, e é nisto que consiste seu sentido, porém não sua referência.” (*Ibid.*, p. 22, grifo nosso). O sentido, para Frege, enquanto conteúdo conceitual objetivo, só pode ser capturado em notação lógica, cujas leis refletem as leis mais gerais da razão:

A tarefa filosófica pode ser vista, então, como a determinação desse conteúdo objetivo a partir da crítica de sua expressão na linguagem comum e de sua *tradução* para uma linguagem lógica formal e depurada das imperfeições da linguagem comum. Encontramos nessa proposta a concepção segundo a qual a análise filosófica se dá através de um processo de *tradução* de uma linguagem para outra mais perfeita, em que os problemas da anterior são resolvidos. (*Ibid.*, p. 25, grifos nossos)

Aqui fica evidente que, para um dos pioneiros da filosofia analítica, a tradução é um procedimento essencial, e não apenas no sentido mais comum (e crucial, frise-se) de disseminação de ideias, ou no sentido de contribuição acidental para o desenvolvimento da

filosofia que, como vimos, alguns teóricos da tradução sugerem, mas principalmente enquanto método rigoroso, consciente e constitutivo de um projeto filosófico que tem objetivos definidos. Essa concepção, como veremos, é compartilhada por outros fundadores da filosofia analítica e, ainda que tenha sido questionada por alguns ilustres praticantes da tradição, ainda tem seus defensores no presente.

As relações de Frege com Russell foram de mútua influência. Em comum, ambos se opunham a tradições filosóficas anteriores (no caso de Russell, ao idealismo hegeliano e ao empirismo baseado em John Stuart Mill, que eram as correntes prevalecentes na Inglaterra) e tinham um projeto logicista de fundamentação da matemática (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 243). Russell também compartilhava com Frege a visão segundo a qual “[...] a forma gramatical das sentenças não representa sua forma lógica, sendo necessário por isso submeter essas sentenças a uma análise lógica que revele ou torne explícita essa forma lógica.” (MARCONDES, 2004, p. 27). Nesse sentido, ele elaborou a teoria das descrições, que resolvia certos problemas gerados pela linguagem comum, como a possibilidade de falar de seres inexistentes e violar princípios lógicos básicos. Além de resolver certos problemas, essa e outras concepções analíticas (como o atomismo lógico) de Russell têm relação com o projeto fundacionista compartilhado com Frege:

A função da análise lógica da linguagem é determinar os componentes últimos que constituem um fato na realidade. Logo, supõe um isomorfismo entre a lógica e a realidade, a sentença e o fato, através da correspondência entre os elementos de um e de outro. Esse é o seu pressuposto ontológico básico.

[...] o método de análise é também um procedimento de *tradução* de uma linguagem menos perfeita (a linguagem comum) – em que a forma gramatical oculta a forma lógica (a estrutura comum à sentença e ao fato) – para a linguagem lógica – que exhibe a forma lógica de modo direto e explícito, dissipando possíveis dúvidas e mal-entendidos. (*Ibid.*, p. 28-29, grifo nosso).

A redução das sentenças da linguagem comum às sentenças atômicas lógicas resolveria também outros impasses filosóficos: “Ele utilizou as novas técnicas da lógica não apenas na fundamentação da matemática, mas em problemas clássicos da epistemologia e da metafísica. Na verdade, ele esperava que essas técnicas colocariam *a filosofia no rumo certo de uma ciência.*” (GLOCK, 2008, p. 30, grifo nosso). Com essas ideias, Russell, juntamente com Frege, lançou algumas das principais bases da filosofia analítica e influenciou toda uma geração de analíticos posteriores, cujo movimento é encapsulado sob a rubrica *semântica clássica*.

O terceiro nome que exerceu incontestemente influência na corrente analítica foi George Edward Moore. Assim como Russell, ele se opôs ao idealismo e ao empirismo que preponderavam na Grã-Bretanha (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 193). Na verdade, foi

Russell quem disse ter sido influenciado nesse caso (RUSSELL *apud* MARCONDES, 2004, p. 30). No entanto, em alguns pontos relevantes as propostas de Moore vão em outra direção, ainda que partam dos mesmos princípios. Ele não tinha, por exemplo, um propósito fundacionista: “[...] a análise linguística não é um fim em si mesmo, mas o método através do qual conceitos são analisados e o significado das expressões, determinados, produzindo-se assim o esclarecimento.” (MARCONDES, 2004, p. 31). Além do mais, para atingir o objetivo da elucidação através da análise conceitual, Moore não preconizava o uso da lógica nem da matemática:

[...] apesar do conceito não se confundir com a expressão verbal, é necessário usar expressões verbais na análise, e o conceito se expressa através de uma expressão verbal [...]. O conceito deve assim ser entendido, de certa forma, como o conteúdo significativo das expressões verbais, ou seja, aquilo que os termos ‘irmão’ e ‘filho do mesmo pai’ têm em comum, o que faz com que sejam, em certo sentido, expressões do ‘mesmo conceito’. (*Ibid.*, p. 33).

Ou seja: para Moore, a linguagem ordinária pode servir de instrumento para resolver os problemas criados por ela mesma (em seu mal uso, por assim dizer), sem necessidade de recurso à formalização simbólica da lógica. Moore foi o pioneiro da corrente conhecida como *filosofia da linguagem ordinária*, que se distinguia da *semântica clássica*. *Mutatis mutandis*, era como se a segunda fizesse uso da tradução interlingual, ao passo que a primeira tinha como método as traduções intralinguais.

Por fim, trataremos do último filósofo paradigmático na formação da tradição analítica: o austríaco Ludwig Wittgenstein, que transitou, por assim dizer, entre os dois movimentos que mencionamos no parágrafo anterior. Wittgenstein passou parte considerável de sua vida na Inglaterra, onde foi aluno de Moore e Russell. No prefácio de seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, ele faz menção a Frege e Russell como influências decisivas (WITTGENSTEIN, 2010, p. 131). Em razão das mudanças em suas concepções filosóficas (o já mencionado trânsito entre semântica clássica e filosofia da linguagem ordinária), costuma-se dividir a filosofia de Wittgenstein em duas fases, e aqui seguiremos esse costume.

O primeiro Wittgenstein (cuja obra máxima é o já aludido *Tractatus Logico-Philosophicus*) guarda certas afinidades com Russell, pois: “A linguagem é vista nessa primeira obra como tendo a estrutura lógica do real – a famosa ‘teoria pictórica do significado’ – sendo a tarefa do filósofo estabelecer as condições dessa relação, determinando assim a possibilidade do significado.” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 282). A semelhança com o atomismo lógico de Russell é bastante evidente. Nessa primeira fase, Wittgenstein também possuía, de certo modo, uma preocupação com a fundamentação da ciência: “A totalidade das proposições

verdadeiras, que dizem como o mundo é, constitui precisamente a ciência natural, o conhecimento possível sobre o real.” (MARCONDES, 2004, p. 40) – posteriormente, essa ideia revelou-se uma influência crucial sobre o positivismo lógico do Círculo de Viena³⁷. A tarefa da filosofia não é fazer referência aos fatos da realidade (seu caráter especificamente metalinguístico não a qualifica para tanto), mas justamente elucidar, através da demonstração, a relação da linguagem com os fatos (*Ibid.*, p. 39) para que a identificação dessas proposições (e também das falsas ou absurdas) seja possível. A filosofia propriamente dita não é uma ciência, mas tem em relação a esta uma espécie de função instrumental:

A filosofia não pode ser uma ‘doutrina’, já que não existem proposições filosoficamente significativas. Trata-se de uma ‘atividade, de uma ‘crítica da linguagem’ através da análise lógica. Em sentido positivo, ela elucida as proposições significativas da ciência; de modo negativo, ela revela que as afirmações metafísicas são absurdas³⁸ [...]. (WITTGENSTEIN *apud* GLOCK, 2008, p. 36).

Aqui, assim como para Moore, temos a noção de que a tarefa da filosofia é esclarecimento. Diferente de Moore, porém, e semelhante ao que pregavam Frege e Russell, Wittgenstein considerava a ferramenta da lógica formal necessária para alcançar suas metas: “A proposta consiste em expressar num simbolismo apropriado aquilo que na linguagem ordinária gera infundáveis mal-entendidos.” (MARCONDES, 2004, p. 40). Com essa obra, Wittgenstein acreditou ter dissolvido todos os problemas filosóficos e abandonou (ainda que temporariamente) sua empreitada, já que a considerava concluída.

Mas as férias que Wittgenstein tirou da filosofia não foram definitivas. Considerando a visão de linguagem de seu *Tractatus* limitada e as soluções nele propostas insatisfatórias, ele voltou a abordá-las nas *Investigações filosóficas* (obra que caracteriza a fase conhecida como ‘segundo Wittgenstein’):

A noção central dessa segunda fase de seu pensamento [...] é a de jogo de linguagem, ou seja, de uma multiplicidade de usos que fazemos de palavras e expressões, sem que haja nenhuma essência definidora da linguagem enquanto tal. A análise da linguagem passa a ser vista agora como consideração desses usos, das formas de vida a que pertencem, dos contextos de comunicação em que se inserem. O processo de

³⁷ Essa questão é controversa, mas nossa interpretação segue a dos positivistas lógicos.

³⁸ Glock comenta essa rejeição inicial da metafísica de forma bem-humorada: “Sentenças metafísicas não têm significado cognitivo, já que não são verificáveis nem falseáveis. Mas elas constituem uma espécie de ‘poesia conceitual’. [...] Metafísicos são ‘poetas deslocados’, ou ‘músicos sem talento musical’. Metafísicos monistas são Mozarts fracassados, porque expressam uma atitude harmônica para com a vida; dualistas são Beethovens fracassados, porque expressam uma atitude heroica de um modo igualmente equivocado. [...]” (2008, p. 119). Brincadeiras à parte, consideramos essa atitude reveladora, pois faz parte da oposição analítico x continental no sentido de que, para os analíticos, o que fazem os praticantes da tradição oposta, na melhor das hipóteses, é literatura ou algo próximo dela, e não *sound philosophy*. Em tom menos jocoso e mais sério, Thomas Mann, em ensaio sobre Schopenhauer, também observa que os sistemas metafísicos proporcionam experiências estéticas (MANN, 2015, p. 83).

elucidação, que é a prática filosófica, deve ser realizado levando-se em conta esses elementos. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 283).

Em suma, sua visão da linguagem sofre uma transformação radical.³⁹ É nesse contexto que aparece a noção de semelhança de família, sobre a qual falamos há pouco. Agora, Wittgenstein dissocia sua filosofia da linguagem de questões ontológicas, ou seja, a estrutura da linguagem não revela a estrutura do real, mas apenas as regras que regem seu próprio uso. Da primeira fase, algo que se mantém é a concepção da tarefa da filosofia como esclarecimento.

Tendo esboçado os primórdios e caracterizado as ideias dos fundadores da tradição analítica, passaremos agora a alguns tópicos constitutivos dessa tradição, se não tanto do ponto de vista filosófico, ao menos de uma perspectiva cultural mais ampla – que, reiteramos, é a que mais nos interessa.

4.2.3 A questão do estilo

A maneira dos filósofos analíticos se exprimirem se opõe, em tese, à obscuridade das tradições opostas. Sendo assim, é um estilo claro. É importante salientar que para os praticantes da filosofia analítica, essa característica não é meramente questão de gosto, mas tem relação com os princípios e propósitos que guiam a filosofia analítica. Beaney o resume nos seguintes termos:

[...] dá enorme ênfase à clareza, à precisão e ao rigor: clareza de pensamento, precisão de expressão e rigor argumentativo. Os filósofos analíticos se esforçam no sentido de ser extremamente claros sobre as questões filosóficas que tratam, de expressar suas ideias da forma mais exata possível (usando tanto a linguagem ordinária quanto vocabulário técnico, conforme a necessidade), e de apresentar seus argumentos com o grau máximo de rigor (frequentemente recorrendo à lógica formal). (2017, p.1).

Glock critica essas ideias ao afirmar que “[...] o discurso de muitos filósofos analíticos contemporâneos é simples como uma igreja barroca e claro como a lama.”, e critica os exageros técnicos que tornam a leitura de alguns textos dessa tradição bastante difícil (2008, p. 171). Ele prossegue dizendo que a clareza estilística pode ter sido uma característica

³⁹ Alguns filósofos analíticos questionam a legitimidade do segundo Wittgenstein como pertencente à tradição analítica. Os continentais, por seu turno, são bastante simpáticos e acolhedores em relação às visões expressas nessa segunda fase. A consideração de Wittgenstein da parte de alguns teóricos da tradução talvez se deva a algumas oportunas implicações de sua visão nesse segundo momento: “Uma das consequências da visão de linguagem das *Investigações*, a partir das noções de jogo de linguagem e de uso, é a indeterminação do significado. Os resultados da análise são sempre provisórios e parciais. Não existe sequer um único método filosófico, mas sim diferentes métodos, como diferentes terapias, dependendo dos tipos de problemas a serem analisados.” (MARCONDES, 2004, p. 43). São ideias que podem soar como música aos ouvidos pós-modernos, relativistas, adeptos da intraduzibilidade, etc.

distintiva da filosofia analítica em seus primórdios, mas que tal situação mudou (*Ibid.*, p. 172). E por fim, alega que “[...] se a filosofia analítica ainda possui alguma vantagem sobre suas rivais em termos de clareza, a clareza em questão deve ser do tipo mais substancial (conceitual e argumentativa) que meramente estilística (literária).” (*Ibid.*, p. 254). Ou seja, para o autor a clareza textual mais superficial não é tão característica quanto se supõe, mas seria um traço mais abstrato, profundo e essencial.

Sem a pretensão de sugerir que Glock se engana, há uma questão aqui que achamos pertinente abordar. Quando, conforme ele aponta, o uso excessivo de termos técnicos e o recurso à formalização lógico-matemática é desnecessário e feito apenas para fins de exibicionismo vulgar, trata-se, inquestionavelmente, de procedimento reprovável. Porém, parece-nos que esse é um “mal do ofício”, muitas vezes inevitável e que acomete especialistas em todas as áreas do conhecimento⁴⁰. Para ficarmos na seara da ciência, já que estamos tentando demonstrar os vínculos desta com a filosofia analítica, a leitura de certos textos sobre, digamos, matemática ou física publicados em periódicos acadêmicos impõe desafios muitas vezes intransponíveis ao público leigo, e às vezes até a certos especialistas⁴¹. Daí a necessidade da dita literatura de divulgação científica, que “traduz” esses textos em linguagem acessível para o grande público. Esse procedimento não é totalmente alienígena na filosofia analítica⁴² e Glock faz uma defesa dura dessa necessidade:

A despeito das falhas das outras ciências humanas, porém, os filósofos analíticos não podem se dar ao luxo da autocomplacência. Há uma antiga tensão entre as vocações esotéricas e exotéricas da filosofia. Filósofos de quaisquer filiações deverão criar pontes se quiserem comunicar suas ideias [...]. Mas esta é uma tarefa que deveriam estar ansiosos para executar, *especialmente se tiverem algo a dizer*. Estou pouco convencido que o estilo proibitivo que predomina na filosofia analítica contemporânea se justifica pelo assunto ou pela mensagem. Dado o atual estado de coisas, porém, é necessário que a filosofia analítica torne suas ideias acessíveis a todos os interessados, sejam eles outros filósofos, cientistas, eruditos, profissionais, políticos, artistas ou leigos. Poucos encararam esse desafio. (2008, p. 248, grifo nosso).

É difícil discordar dessa injunção do autor, e não apenas no que se refere à filosofia analítica em particular, mas às humanidades em geral. A crítica aqui feita, infelizmente, se estende a diversas áreas do conhecimento, que precisam urgentemente descer das torres de marfim

⁴⁰ Essa é justamente a perspectiva de Byrne (2012) sobre os textos científicos que mencionamos anteriormente.

⁴¹ Montgomery, no contexto da tradução técnico-científica, nos diz que, de acordo com os relatos de alguns tradutores, certos textos, especialmente aqueles que envolvem matemática avançada, são especialmente desafiadores (2010, p. 301). Talvez tenhamos aqui um eufemismo em ação.

⁴² Alguém poderia argumentar que os filósofos continentais também são alvo desse tipo de reformulação. A questão que se coloca aqui é: com o aval deles ou a despeito deles? É difícil imaginar, por exemplo, Heidegger autorizando ou aprovando um *Time and Being for Dummies...*

acadêmicas e dialogar, em linguagem adequada, com a sociedade para mostrarem seus propósitos, seus achados e sua relevância (e que não se confunda relevância com utilidade imediata!). Se realmente têm algo a oferecer nesses sentidos, por óbvio. Ressalte-se aqui que a tradução tem um papel fundamental nesse projeto.

4.2.4 Linguagem & tradução

O foco analítico em seus primórdios pode ser resumido da seguinte maneira: “[...] o problema filosófico é claramente transformado num problema de linguagem.” (PINTO, 200, p. 126). Nessa fase inicial de desenvolvimento, Marcondes identifica duas correntes: a semântica clássica (Frege, Russell & primeiro Wittgenstein) e a filosofia da linguagem ordinária (G. E Moore & segundo Wittgenstein). A primeira tem como um de seus propósitos analisar e traduzir a linguagem comum numa linguagem lógica formal, mais precisa e livre de ambiguidades (2004, p. 13); a segunda, elucidar problemas filosóficos (de linguagem) através da sua formulação linguística em termos mais precisos e vantajosos do ponto de vista cognitivo (BLACKBURN, 1997, p. 255). Como já apontamos, é como se o primeiro procedimento fosse similar à tradução interlingual, ao passo que o segundo seria similar à tradução intralingual. Esse procedimento é essencial, por exemplo, para demonstrar que as “[...] proposições metafísicas são pseudoproposições. Se de início pode parecer que elas têm significado, uma vez que tentamos traduzi-las em linguagem lógica, percebemos que são destituídas de significado.” (BEANEY, 2017, p. 73). O ponto principal aqui é que a tradução, para os primeiros analíticos, trata-se de um procedimento não somente possível, mas filosoficamente necessário: a explicação se caracterizaria como a “[...] substituição de um termo comum e vago por outro mais preciso e cientificamente definido [...].” (*Ibid.*, p. 99).

Embora a filosofia analítica tenha passado por muitas transformações e seus projetos iniciais tenham sido revistos, a visão sobre a questão do significado e da tradução não se alterou substancialmente. Em resposta ao relativismo histórico, que defende a incomensurabilidade do significado, Glock faz as seguintes observações:

A incomensurabilidade semântica defende que não há padrão objetivo em razão da variação semântica entre os vocabulários de diferentes teorias. Mas *variação de significado* não implica *erro de tradução*. Não há correspondência exata entre os termos russos e ingleses para as cores, por exemplo, mas isso não impossibilita soluções tradutórias compósitas como ‘azul claro’. Mesmo em casos mais complicados, tais como os advindos das revoluções científicas, nada impede seguidores de uma teoria T₂ de *modificarem* seu aparato conceitual de modo a reformular T₁, especialmente através da introdução de novos termos ou construtos baseados em vocabulário próprio. É uma questão espinhosa decidir se tais

procedimentos sempre produzem uma equivalência perfeita entre construções sinônimas. Mas mesmo esse tipo de falha de tradução não implica *ininteligibilidade* mútua, já que os proponentes de T₂ podem desenvolver o aparato conceitual de T₁ sem endossá-la. (2008, p. 107).

Conforme já frisamos, os analíticos não tratavam da tradução no sentido ordinário, mas essas ideias gestadas nos âmbitos da semântica e da filosofia da linguagem, a nosso ver, têm implicações teóricas significativas para os estudos e a prática da tradução, especialmente a filosófica – afinal, a tradução se dá na linguagem. Podemos dizer que os procedimentos tradutórios são vistos sob um prisma conceitual bastante favorável e otimista (o copo meio cheio!) dentro da tradição analítica, desde o seu surgimento até o presente, e que os dissensos (o copo meio vazio!) não podem ser considerados como mais representativos dessa escola.

4.2.5 Filosofia analítica & ciência

Agora trataremos da já sugerida relação que os primeiros filósofos analíticos viam entre a filosofia que propunham e a ciência: “Um traço comum à semântica clássica é a preocupação com a questão da fundamentação da ciência, sendo sua solução básica o recurso à lógica.” (MARCONDES, 2004, p. 14). Proximidade, todavia, não significa identidade:

Dado que os métodos dos filósofos não são os da ciência empírica – pois seus métodos são *a priori*, mais do que *a posteriori* –, não pode ser seu objetivo estabelecer verdades empíricas sobre o mundo. [...] O objetivo dos filósofos [...] é estabelecer verdades analíticas concernentes a relações lógicas entre os conceitos de nossa linguagem. (SEARLE, 2013, p. 4).

De acordo com essa concepção positivista original, portanto, a filosofia não é exatamente uma ciência, mas teria um significativo papel (para alguns, instrumental) em relação a esta. Russell via esta relação da seguinte maneira:

Para Russell [...], a filosofia não é menor que a ciência quando se trata de investigar a realidade. Ela lida com os traços mais gerais e difusos da realidade. Russell também considerava a filosofia uma *protociência* que lidava com questões que ainda não eram acessíveis aos métodos da ciência empírica. (GLOCK, 2008, p. 135, grifo nosso)

O objeto, portanto, era o mesmo, e a diferença era apenas uma questão de foco e de método (dedutivo na filosofia e indutivo na ciência).

Os positivistas lógicos do Círculo de Viena, fortemente influenciados por Russell e Wittgenstein, tiveram um papel importante no fortalecimento da relação entre ciência e filosofia:

Eles estavam comprometidos com a “unificação da ciência”, a ideia segundo a qual todas as disciplinas científicas, incluindo as ciências sociais, podem ser agrupadas

num sistema único tendo a física como base. Os termos teóricos da ciência são definidos através de um vocabulário observatório mais primitivo, o que torna possível decompor todas as proposições significativas em proposições sobre os “dados” da experiência. (*Ibid.*, p. 38).

Se inicialmente havia o reconhecimento de certos limites entre filosofia e ciência, posteriormente, contudo, esses limites foram questionados: “Se aceitamos a rejeição de Quine da distinção entre analítico e sintético, então a filosofia não é claramente algo que possa ser separado das ciências particulares. Ela é adjacente a outras disciplinas e coincide em parte com elas.” (SEARLE, 2013, p. 7)⁴³. A diferença, como aponta Glock, passa a ser apenas de grau, e não de gênero: “Ela [a filosofia] investiga os componentes fundamentais do universo, e se distingue da ciência apenas quantitativamente, na generalidade e alcance de suas perguntas.” (2008, p. 48). Searle prossegue demonstrando os vínculos entre filosofia e ciência, ao afirmar que atualmente é “[...] impossível dizer exatamente onde termina um problema em física e onde começa o problema filosófico. Há uma firme interação e colaboração entre filosofia e ciência em [...] questões filosoficamente problemáticas.” (*Ibid.*, p. 12), e conclui que na perspectiva de seus praticantes, a filosofia analítica “[...] é agora vista [...] como contígua e entrelaçada com as ciências.” (*Ibid.*, p. 12).

Se por um lado o naturalismo se fortaleceu na esteira das ideias de Quine, por outro “[...] existe uma forte tradição antinaturalista dentro da filosofia analítica, que insiste que a filosofia – especialmente a lógica, a epistemologia e a semântica – se distinguem da ciência não apenas quantitativa, mas qualitativamente.” (GLOCK, 2008, p. 79). Mais uma vez, porém, devemos dizer que essa visão não possui primazia sobre sua “rival”, e, portanto, não deve ser tomada como *a* mais representativa dentro da tradição.

4.2.6 Presente & perspectivas futuras

Conforme vimos, se originalmente parecia haver um programa analítico uno e bem delimitado, agora a situação parece ter mudado:

No contexto contemporâneo, a filosofia analítica desenvolveu-se a partir da influência dos primeiros filósofos dessa tradição em diferentes vertentes. Inicialmente quase restrita a questões de filosofia da ciência e teoria do conhecimento e a um projeto de fundamentação da ciência na lógica e no método empírico, foi aplicada também às

⁴³ O próprio Searle explica: “[...] a distinção entre proposições analíticas e sintéticas era a distinção entre as proposições verdadeiras ou falsas no que concerne à sua definição ou a [*sic*] distinção dos termos nelas contidos (as proposições analíticas) e as que são verdadeiras ou falsas de fato no mundo, e não apenas em virtude dos significados das palavras (as proposições sintéticas).” (2013, p. 1). As primeiras expressam verdades necessárias (como as da matemática, *a priori*); as segundas, verdades contingentes (como as das ciências naturais, portanto empíricas e *a posteriori*).

áreas tradicionais da filosofia, como ética, estética, filosofia política etc., passando a funcionar como método de análise dos conceitos nessas áreas. (MARCONDES, 2004, p. 49).

Não se trata, obviamente, de dizer que a filosofia analítica tenha se divorciado da ciência, mas apenas que expandiu seu método a outras áreas do conhecimento e finalidades, muitas delas, em certos sentidos, mais tradicionalmente tidas como filosóficas. Ademais, Marcondes ressalva que “[...] a filosofia analítica nunca constituiu uma posição homogênea ou um bloco monolítico, discutindo suas questões internamente de forma bastante crítica.” (*Ibid.*, p. 50), ponto de vista compartilhado por Spaniol: “A filosofia analítica ou filosofia lingüística está longe de constituir um todo coerente e uniforme.” (2002, p. 147). Searle vai na mesma direção ao afirmar que a “[...] filosofia analítica jamais foi fixa ou estável, porque ela é intrinsecamente autocrítica, e seus praticantes estão sempre questionando suas próprias premissas e conclusões.” (2013, p. 2); ele também diz que, além de ser o modo de filosofar que prevalece no mundo anglo-saxônico, sua alçada inclui atualmente Europa e América Latina (*Ibid.*, p. 1-2). Beaney acrescenta a Ásia a esse “império” (2017, p. 1) e salienta que o cânone analítico apenas se expande, sem exclusões (*Ibid.*, p. 105). Glock segue o mesmo caminho ao afirmar que “[e]mbora alguns praticantes ainda gostem de pensar em si mesmos como uma minoria perseguida, não há sombra de dúvida que se trata de um empreendimento crescente e a corrente mais poderosa.” (2008, p. 81).

Afora a questão da expansão e dos desdobramentos recentes e múltiplos objetos de interesse, Marcondes também observa que essa tradição se consolidou como corrente dominante e aponta que uma das formas de evitar os riscos de tal posição (bloqueio e improdutividade) é a aproximação com outras tradições (2004, p. 51). Pinto, por seu turno, é bem mais incisivo ao apontar a encruzilhada a qual as muitas vias da tradição a conduziram: “[...] a filosofia analítica contemporânea ainda não percebeu que seus fundamentos estão minados e que ela se tornou mais um estilo filosófico entrincheirado do que uma atividade filosófica frutífera.” (2002, p. 136)⁴⁴. Entretanto, ele admite que o método ainda tem contribuições a dar (*Ibid.*, p. 137), desde que se disponha a dialogar com a tradição continental:

A ênfase na conversação e no debate distancia a filosofia da matriz cientificista e a reaproxima da sabedoria de vida. Isso pode constituir uma desvantagem para os que pensam que a filosofia deve manter, acima de tudo, o caráter científico. Entretanto, num impressionante paralelismo com a evolução da filosofia analítica, a própria ciência contemporânea tem avançado numa direção semelhante.” (*Ibid.*, p. 138).

⁴⁴ Pinto não esclarece exatamente por que os fundamentos da filosofia analítica estariam minados do ponto de vista dos próprios analíticos (parece-nos, no mínimo, insuficiente tomar apenas as razões continentais para afirmar algo assim).

Para ele, mesmo nesse cenário otimista de concessão, transformação e sobrevivência, o papel da filosofia analítica será meramente instrumental (*Ibid.*, p. 142).

Beaney, em conformidade com as opiniões de alguns pesquisadores como Critchley e Domingues, vistas em subseção anterior, considera a divisão entre analíticos e continentais como algo ‘pernicioso’, mas também representativa do fato de que as “[...] tradições (assim como os partidos políticos) são em parte geridos e se mantêm em mútua oposição” (2017, p. 106). Ele também é partidário do mútuo aprendizado entre as tradições e sugere, por exemplo, que a fenomenologia tem muito a ensinar aos analíticos (*Ibid.*, p. 110)⁴⁵. Tanto ele quanto Searle alegam que da parte dos filósofos analíticos há agora uma espécie de interesse pela história da filosofia (incluindo a da tradição oposta) e o segundo ressalta um senso de continuidade entre as duas tradições (*Ibid.*, p. 113-114; SEARLE, 2013, p. 12-13); Searle diz também que a perda de vigor da tradição analítica se deu em virtude de seu sucesso e que as grandes ameaças a sua sobrevivência são (talvez o excesso de) suas próprias virtudes: racionalidade, inteligência, clareza, rigor e autocrítica (*Ibid.*, p. 23). Nesse aspecto, Glock tem uma visão um pouco menos autocomplacente e igualmente pessimista em relação ao futuro:

Enquanto os otimistas apontam um novo alvorecer, eu temo que passamos da idade heroica da filosofia analítica, e que os supostamente míopes empiristas lógicos e analistas conceituais, para não falar de Wittgenstein e Quine, deram contribuições maiores que seus praticantes atuais. Pegando emprestada uma distinção da história da arquitetura, há um grande risco de a filosofia analítica ter exaurido sua capacidade de progresso estrutural e agora só ser capaz de progredir no que se refere aos adornos. (2008, p. 247).

Para o autor, há ameaças internas também. E se Searle sugeriu que os maiores defeitos da tradição são os excessos de suas virtudes, Glock nomeia os defeitos propriamente ditos que acometem seus praticantes: escolasticismo, distanciamento de outras disciplinas, o público e notório facciosismo e as atitudes excludentes em relação às filosofias não anglófonas ou analíticas (*Ibid.*, p. 246). Porém essa honestidade deve ser vista com cautela, pois ela não implica tentativas de aproximação com outras disciplinas ou filosofias a qualquer custo:

Ao passo que pode haver algo de bom em reconstituir a filosofia enquanto esfera unificada do discurso, essa tarefa não pode ser feita às custas do rigor, da clareza, da erudição e da honestidade intelectual. Portanto, nem a divisão nem a síntese devem ser buscadas por si mesmas, mas visando a qualidade filosófica. O que a comunidade analítica precisa não é de uma deliberada virada para modos de pensamento continentais, tradicionalistas ou pragmatistas, mas da filosofia analítica em nova chave: cativante e comprometida em vez de escolástica e isolacionista; comunitária, não dogmática e receptiva em vez de facciosa e exclusiva. (*Ibid.*, p. 260).

⁴⁵ Nagel, outro analítico de peso, expressa concordância com essa visão em seu clássico *What is it like to be a bat?* (2016, p. 165-180).

A tradição não deveria, portanto, abrir mão de seus traços constitutivos positivos em nome de um diálogo vazio, infrutífero e condescendente. A interação com outras tradições e a assimilação de alguns de seus aspectos só se justifica se resultar no avanço da filosofia.

A ponto de concluirmos nossa tentativa de caracterizar a filosofia analítica através da história de seus pioneiros e de alguns de seus traços característicos, é importante ressaltar mais uma vez que nossa seleção não é exaustiva nem definitiva⁴⁶:

[...] nenhum dos aspectos que discutimos (e.g., reservas em relação à história ou à metafísica, a virada linguística, o uso da análise, o *éthos* científico, as aspirações à clareza estilística e ao rigor) são comuns a todos e somente a filósofos analíticos; eles, no entanto, capturam fios significativos dentro da família analítica, fios que se sobrepõem parcialmente. (*Ibid.*, p. 213).

Last but not least, também enfatizamos que nosso objetivo era caracterizar a tradição analítica enquanto prática cultural. Os praticantes dessa tradição, senão perfeitamente, parecem em algum grau cientes disso. Vejamos o que diz Glock sobre o engajamento deles nos debates da comunidade:

[...] esse diálogo ocorre dentro do mundo real de instituições acadêmicas e culturais (reais até de mais, dirão alguns). Nessa perspectiva, a filosofia analítica e a filosofia continental se constituem como tradições distintas ao menos em parte porque ‘não leem as publicações nem frequentam as conferências do outro’. [...] A filosofia analítica não é apenas um diálogo abstrato ou ideal, mas um diálogo institucional e em evolução. (*Ibid.*, p. 221).

Ainda que essa situação fosse diferente, isso seria irrelevante para os nossos propósitos. Abordamos esse ponto (a autoconsciência cultural analítica) agora apenas como mais um indício em favor da perspectiva cultural mais geral para a qual tentamos chamar a atenção.

⁴⁶ Em um momento, ao menos, ela é perfeitamente singular, pois nenhum dos autores que estudamos trata da relação da filosofia analítica com a tradução – eles sempre discutem essa relação dentro do contexto mais amplo da relação entre filosofia analítica & linguagem. O fato de termos escolhido discutir esse aspecto, acreditamos, dispensa maiores explicações.

5 CONCLUSÕES

No presente, parece-nos que a tradução de filosofia tem recebido um tratamento problemático de muitos teóricos da tradução. Esse tratamento, em geral, enfatiza as dificuldades envolvidas na tradução de filosofia (por essa razão, nos referimos à visão a partir da qual se origina como visão negativa), mas tem pouco a dizer sobre como se deve abordar textos filosóficos na prática e, quando o faz, parece levar em consideração apenas a perspectiva particular dos próprios estudiosos da tradução, ao sugerir, por exemplo, que se traduza filosofia como se traduz literatura (VENUTI, 2019). É possível que alguns filósofos concordem com essas visões e as propostas decorrentes delas, mas no geral elas parecem desconsiderar os contextos culturais mais amplos nos quais esses textos se originam e nos quais se inserem em suas versões traduzidas. Suspeitamos que isso vale para a filosofia em geral e para a filosofia analítica em particular.

Em nossa pesquisa, recorreremos inicialmente a opiniões divergentes de teóricos do passado que não parecem, atualmente, gozar da atenção que as visões que mencionamos acima possuem. Ingarden (1991) e Jakobson (2010) sugeriram que textos filosóficos possuem funções cognitivas, semelhantes portanto à função dos textos técnico-científicos. A função cognitiva significa que um texto visa o avanço do conhecimento, seja numa perspectiva individual (do leitor), seja numa perspectiva mais geral e abstrata (do projeto científico). Isso distinguiria textos filosóficos de textos literários, que têm principalmente uma função estética ou poética. Embora admita-se a possibilidade de certo hibridismo, no geral essas distinções são razoáveis e palpáveis. A implicação dessas distinções para a tradução é que, como essas funções se refletem de diferentes formas na superfície dos textos, os textos filosóficos devem ser traduzidos como textos técnico-científicos, e não como textos literários. Nessa perspectiva, os dois autores chegam a privilegiar formas específicas de abordar os textos filosóficos ao traduzi-los, sugerindo que as estratégias domesticadoras seriam as ideais na transmissão das ideias filosóficas. Eles também não veem a tradução de filosofia como especialmente problemática, razão pela qual consideramos essas ideias, em conjunto, como representativas de uma perspectiva positiva.

Foi o nosso contato prévio com a filosofia que nos levou a crer que essa visão talvez seja a mais adequada para a filosofia em geral, e muito provavelmente seja a mais apropriada para a filosofia analítica em particular. Se é possível que alguns filósofos da tradição continental, por exemplo, concordem com traduções experimentais de seus textos, dificilmente a mesma abordagem poderá ser concebida quando se pensa na tradição analítica: “Ler filosofia

não é como ler romances.” (BEANEY, 2017, p. 5). Traduzir filosofia analítica como se traduz literatura, então, parece-nos um rematado contrassenso. Contudo, nem Ingarden nem Jakobson aprofundam suas discussões sobre a tradução de filosofia (nem se propuseram a fazê-lo, diga-se). Por essa razão, tomamo-las como pontos de partida para a nossa hipótese interpretativa, a saber: os textos filosóficos da tradição analítica podem (e talvez devam) ser traduzidos como textos técnico-científicos.

No intuito de fundamentar essa compreensão, lançamos mão, primeiramente, de um quadro teórico dos estudos da tradução no qual a ideia de função (central nas distinções de Ingarden e Jakobson, como vimos) do texto-alvo tem um papel crucial. Os teóricos do funcionalismo alemão (NORD, 2016; NORD, 2018; REISS; VERMEER, 2014), apesar de divergências periféricas, estabelecem que o tradutor, para definir suas estratégias de tradução de um texto, deverá analisar cuidadosamente a função que o texto-alvo deverá ter no contexto cultural no qual será inserido. Na prática, isso também significa observar o texto-fonte e a intenção do autor, mas principalmente analisar as expectativas do público-alvo, baseando-se para tanto em suas características culturais (linguísticas, sociais, ideológicas, etc.), em relação à tradução. A desconsideração desses fatores poderá significar, no pior dos cenários, o completo fracasso da tradução.

O segundo conjunto de reflexões que examinamos foi aquele dedicado à tradução de textos técnico-científicos. Uma parte considerável das obras nesse âmbito, conforme vimos, é fortemente influenciada pela teoria funcionalista (BYRNE, 2012; MONTGOMERY, 2010; SCHUBERT, 2010). Portanto, ainda que se trate de um campo bastante específico e que a maioria das reflexões se encontre em obras de caráter mais prático que teórico (manuais, guias práticos, etc.), o que se percebe é uma cautela geral em prescrever abordagens específicas de maneira rígida. Em vez disso, recomenda-se a análise cuidadosa do texto a ser traduzido, pois somente assim o tradutor chegará às estratégias e soluções mais adequadas, postura perfeitamente consoante aos preceitos funcionalistas. Ainda nesse âmbito, impõe-se salientar que, embora a reflexão sobre a tradução de textos técnicos e textos científicos receba um tratamento muitas vezes indistinto, alguns autores chamam a atenção para o fato de que são domínios discursivos distintos (ainda que admitam que há muitas conexões que os unam). Isso se dá porque, apesar de partirem muitas vezes dos mesmos princípios, têm funções diferentes (um texto técnico visa guiar uma prática; um texto científico visa o avanço cognitivo). Essas diferenças se expressam nas superfícies dos textos, de modo que textos técnicos geralmente são mais claros e objetivos, ao passo que textos científicos muitas vezes empregam recursos estilísticos tipicamente literários (BYRNE, 2012). Essa admissão, porém, não significa que se

possa traduzir um texto científico, globalmente, como se pode às vezes traduzir um texto literário. Uma tradução experimental de um texto científico parece-nos, de maneira ainda mais evidente, um absurdo.

A caracterização da tradição analítica que tentamos desenvolver partiu das ferramentas teóricas e metodológicas advindas do funcionalismo alemão e de algumas ideias acerca da tradução técnico-científica. A nossa meta era, portanto, esboçar um quadro cultural dos praticantes dessa tradição, de modo a indicar quais as *funções* que os textos analíticos possuem e as *expectativas* que esses textos e suas *traduções* geram nas *comunidades* nas quais circulam. Glock nos dá boas pistas nesse sentido, por exemplo ao dizer que os “[...] textos filosóficos fazem asserções cognitivas de um tipo a-histórico.” (2008, p. 113). Ou quando afirma que a filosofia analítica, em particular, através de seus métodos, se propõe a resolver problemas filosóficos tradicionais, mas também pode ajudar a promover o esclarecimento de outras questões relevantes que estão, por assim dizer, fora de sua alçada (*Ibid.*, p. 260). Ademais, vimos que, historicamente, a filosofia analítica sempre teve e ainda tem fortes vínculos com a ciência (laços não apenas de proximidade, mas, sob certos prismas, de semelhança e até mesmo de identidade), além de uma visão da linguagem que coloca a tradução como procedimento não apenas possível, mas necessário. Esse conjunto de características, parece-nos, sugere que a nossa hipótese interpretativa dispões de fundamentos sólidos, ancorados em bases teóricas e práticas.

Contudo, o caráter eminentemente conceitual de nosso estudo, ainda que do ponto de vista argumentativo pareça-nos válido, se beneficiará de análises empíricas que demonstrem que, na prática, nossa compreensão de fato garante abordagens seguras, eficazes e bem-sucedidas. Isso poderá ser feito, por exemplo, através de análises de traduções de textos da tradição analítica já existentes ou da produção de traduções anotadas de textos filosóficos analíticos que ainda não foram traduzidos, do estudo da recepção desses textos, etc.

REFERÊNCIAS

- ARROJO, Rosemary. **Translation and philosophy**. In: DOORSLAER, Luc van; GAMBIER, Yves (org.). *Handbook of Translation Studies*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 2010. p. 247-251.
- BASSNETT, Susan. **The cultural turn**. In: BASSNETT, Susan. *Translation*. Londres e Nova York: Routledge, 2014. p. 30-32.
- BEANEY, Michael. **Analytic Philosophy: A Very Short Introduction**. Londres: Oxford University Press, 2017.
- BERTRAND Russell - Interview ("Face to face", 1959)**. Produção: Hugh Burnett. Londres: BBC, 1959. Vídeo. P&B. 29 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a10A5PneXlo>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Tradução de Desidério Murcho *et al.* Rio de Janeiro: Zahar: 1997.
- BORGES, Jorge Luis. **Ensaio autobiográfico: (1899-1970)**. Tradução de Maria Carolina de Araújo e Jorge Schwartz. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BORGES, Jorge Luis. **O livro**. In: BORGES, Jorge Luis. *Borges oral & sete noites*. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 11-21.
- BYRNE, Jody. **Scientific and Technical Translation Explained: A Nuts and Bolts Guide for Beginners**. Londres e Nova York: Routledge, 2012.
- CASSIN, Barbara. **Apresentação da 1ª edição francesa do Vocabulaire Européen des Philosophies**. Tradução de Fernando Santoro. In: CASSIN, Barbara (coord.). *Dicionário dos intraduzíveis: um vocabulário das filosofias: volume um: línguas*. Organização de Fernando Santoro e Luisa Buarque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 16-21.
- CASSIN, Barbara. *Humboldt, Translation and the Dictionary of Untranslatables*. In: LARGE, Duncan *et al* (org.). *Untranslatability: Interdisciplinary Perspectives*. Londres e Nova York: Routledge, 2019. p. 13-26.
- CHERNATOVAY, Leonid; NIEDZIELSKI, Henry. **Linguistic and Technical Preparation in the Training of Technical Translators and Interpreters**. In: WRIGHT, Leland; WRIGHT, Sue (org.). *Scientific and Technical Translation*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1993. p. 123-149.
- CHESTERMAN, Andrew; WILLIAMS, Jenny. **The Map: A Beginner's Guide to Doing Research in Translation Studies**. 5 ed. Londres e Nova York: Routledge, 2011.
- CHRICHTLEY, Simon. **Continental Philosophy: A Very Short Introduction**. Nova York: Oxford University Press, 2001.
- DOMINGUES, Ivan. **O continente e a ilha: duas vias da filosofia contemporânea**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

GLOCK, Hans-Johann. **What is Analytic Philosophy?**. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

GOMMLICH, Klaus. **Text Typology and Translation-Oriented Text Analysis**. *In*: WRIGHT, Leland; WRIGHT, Sue Ellen (org.). *Scientific and Technical Translation*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1993. p. 175-184.

HERMAN, Mark. **Technical Translation Style: Clarity, Concision, Correctness**. *In*: WRIGHT, Leland; WRIGHT, Sue Ellen (org.). *Scientific and Technical Translation*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1993. p. 11-19.

HERMANS, Theo. **Translatability**. *In*: Baker, Mona; SALDANHA, Gabriela (org.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. 3 ed. Londres e Nova York: Routledge, 2020. p. 602-606.

HERMANS, Theo. **Untranslatability, Entanglement and Understanding**. *In*: LARGE, Duncan *et al* (org.). *Untranslatability: Interdisciplinary Perspectives*. Londres e Nova York: Routledge, 2019. p. 27-40.

INGARDEN, Roman. **On Translations**. *In*: TYMIENIECKA, Anna-Teresa (org.). *Ingardeniana III: Roman Ingarden's Aesthetics in a New Key and the Independent Approaches of Others: The Performing Arts, the Fine Arts, and Literature*. Nova York/Dordrecht: Springer, 1991. p. 131-192.

JAKOBSON, Roman. **Aspectos linguísticos da tradução**. *In*: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes*. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010. p. 79-91.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KRISTAL, Efrain. **Philosophical/Theoretical Approaches to Translation**. *In*: BERMAN, Sandra; PORTER, Catherine. *A Companion to Translation Studies*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2014. p. 28-40.

LAPIDOT, Elad. **Translating Philosophy**. *In*: DICK, Jenifer K.; SCHWERTER, Stephanie (org.). *Transmissibility and Cultural Transfer: Dimensions of Translation in the Humanities*. Stuttgart: Verlag, 2012. p. 45-56.

LARGE, Duncan. **The Translation of Philosophical Texts**. *In*: RAWLING, Piers; WILSON, Philip (org.). *The Routledge Handbook of Translation and Philosophy*. Londres e Nova York: Routledge, 2019a. p. 307-323.

LARGE, Duncan. **The Untranslatable in Philosophy**. *In*: LARGE, Duncan *et al* (org.). *Untranslatability: Interdisciplinary Perspectives*. Londres e Nova York: Routledge. 2019b. p. 50-63.

- LARGE, Duncan *et al* (org.). **Introduction**. In: LARGE, Duncan *et al* (org.). *Untranslatability: Interdisciplinary Perspectives*. Londres e Nova York: Routledge, 2019. p. 1-9.
- LÉON, Celia Martin de. **Functionalism**. In: BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela (org.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. 3 ed. Londres e Nova York: Routledge, 2020. p. 199-203.
- MALMKJÆR, Kirsten. **On the (Im)possibility of Untranslatability**. In: LARGE, Duncan *et al* (org.). *Untranslatability: Interdisciplinary Perspectives*. Londres e Nova York: Routledge, 2019. p. 41-49.
- MANN, Thomas. **Schopenhauer**. In: MANN, Thomas. *Pensadores modernos: Freud, Nietzsche, Wagner e Schopenhauer*. Tradução de Márcio Suzuki. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 83-146.
- MARCONDES, Danilo. **Filosofia analítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MONTGOMERY, Scott L.. **Scientific translation**. In: DOORSLAER, Luc van; GAMBIER, Yves (orgs.). *Handbook of Translation Studies*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 2010. p. 299-305.
- MUNDT, Klaus. **Against the “Un-” in Untranslatability: On the Obsession with Problems, Negativity and Uncertainty**. In: LARGE, Duncan *et al* (org.). *Untranslatability: Interdisciplinary Perspectives*. Londres e Nova York: Routledge, 2019. p. 64-79.
- NAGEL, Thomas. **What is it like to be a bat?**. In: NAGEL, Thomas. *Mortal questions*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 165-180.
- NORD, Christiane. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática**. Tradução de Meta Elisabeth Zipser *et al*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.
- NORD, Christiane. **Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained**. 2 ed. Londres e Nova York: Routledge, 2018.
- O'BRIEN, Sharon; SALDANHA, Gabriela. **Research Methodologies in Translation Studies**. Londres e Nova York: Routledge, 2013.
- OLOHAN, Maeve. **Scientific and Technical Translation**. Londres e Nova York: Routledge, 2016.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti. **O método analítico em filosofia**. In: BRITO, Emídio Fontenele de; CHANG, Luiz Harding (org.). *Filosofia e método*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 125-145.
- PÖCHHACKER, Franz. **Simultaneous Interpreting: A Functionalist Perspective**. *Hermes, Journal of Linguistics*. Arhus, 14, p. 31-53, 1995. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/her/article/view/25094/22017>. Acesso em: 1 mar. 2022.

- PYM, Anthony. **Propósitos**. In: PYM, Anthony. Explorando teorias da tradução. Tradução de Rodrigo Borges de Faveri, Cláudia Borges de Faveri e Juliana Steil. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 95-129.
- RÉE, Jonathan. **The Translation of Philosophy**. *New Literary History*, Baltimore, v. 32, n. 2, p. 223-257, 2001. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/article/24566>. Acesso em: 23 set. 2020.
- REISS, Katharina; VERMEER, Hans J.. **Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained**. Tradução de Christiane Nord. Londres e Nova York: Routledge, 2014.
- SANTORO, Fernando. **Português**. In: CASSIN, Barbara (coord.). *Dicionário dos intraduzíveis: um vocabulário das filosofias*: volume um: línguas. Organização de Fernando Santoro e Luisa Buarque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 264-276.
- SCHUBERT, Klaus. **Technical translation**. In: DOORSLAER, Luc van; GAMBIER, Yves (org.). *Handbook of Translation Studies*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 2010. p. 350-355.
- SCHWARTZ, Stephen P.. **Uma breve história da filosofia analítica**: de Russell a Rawls. Tradução de Milton C. Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2017.
- SEARLE, John. **Filosofia contemporânea nos Estados Unidos**. In: BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E.P. (org.). *Compêndio de filosofia*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 1-23.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- SPANIOL, Werner. **Características do método analítico em filosofia**. In: BRITO, Emídio Fontenele de; CHANG, Luiz Harding (org.). *Filosofia e método*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 147-154.
- STEINER, George. **Depois de Babel**: questões de linguagem e tradução. Tradução de Carlos Alberto Faraco. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.
- VÉGSÖ, Roland. **Current trends in philosophy and translation**. In: RAWLING, Piers; WILSON, Philip (org.). *The Routledge Handbook of Translation and Philosophy*. Londres e Nova York: Routledge, 2019. p. 157-170.
- VENUTI, Lawrence. **Filosofia**. In: VENUTI, Lawrence. Os escândalos da tradução. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Vilela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. São Paulo: Editora Unesp, 2019. p. 215-250.
- VENUTI, Lawrence. **Hijacking Translation: How Comp Lit Continues to Suppress Translated Texts**. *Boundary 2*, Durham, v. 43, n. 2, p. 179-204, mai. 2016. Disponível em: https://www.uj.edu.pl/documents/10172/87400297/Venuti_2016_Hijacking_Trl-Boundary2.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.

VOGÜE, Sarah de *et al.* **Aspecto**. Tradução e adaptação de Carlos Lemos, Fernando Santoro e Flora Magini. *In*: CASSIN, Barbara (coord.). Dicionário dos intraduzíveis: um vocabulário das filosofias: volume um: línguas. Organização de Fernando Santoro e Luisa Buarque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 41-76.

WILSON, Philip. **Philosophy**. *In*: BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela (org.). Routledge Encyclopedia of Translation Studies. 3 ed. Londres e Nova York: Routledge, 2020. p. 405-410.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Prefácio**. *In*: WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus Logico-Philosophicus. tradução de Luiz Henrique Lopes do Santos. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 131-133.

WRIGHT, Leland; WRIGHT, Sue Ellen. **Editor's Remarks: Technical Translation and the American Translator**. *In*: WRIGHT, Leland; WRIGHT, Sue Ellen (org.). Scientific and Technical Translation. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1993. p. 1-7.

WRIGHT, Sue Ellen. **The Inappropriateness of the Merely Correct: Stylistic Considerations in Scientific and Technical Translation**. *In*: WRIGHT, Leland; WRIGHT, Sue Ellen (org.). Scientific and Technical Translation. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1993. p. 69-86.

YOUNG, Robert J. C. **Philosophy in Translation**. *In*: BERMAN, Sandra; PORTER, Catherine (org.). A Companion to Translation Studies. West Sussex: Wiley Blackwell, 2014. p. 41-53.